



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RUTIAN DO ROSÁRIO SANTOS

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PRODUTIVA DOS TUPINAMBÁ DA SERRA DO
PADEIRO**

SALVADOR
2014

RUTIAN DO ROSÁRIO SANTOS

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PRODUTIVA DOS TUPINAMBÁ DA SERRA DO
PADEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gilca Garcia de Oliveira

Co-Orientadora: Prof^ª. Ms. Patrícia Navarro de Almeida Couto

**SALVADOR
2014**

S337 Santos, Rutian do Rosário
Organização política e produtiva dos Tupinambá da Serra do Padeiro/
Rutian do Rosário Santos. – Salvador, 2014.
84 f.; Il.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Economia. Orientadora: Profª Drª Gilca Garcia de Oliveira; Co-orientadora:
Profª MS. Patrícia Navarro de Almeida Couto.

1.Sistema de produção – economia rural. 2. Renda agrícola. 3. Índios
Tupinambá – sistema produção. I. Universidade Federal da Bahia. II.
Oliveira, Gilca Garcia de. III. Couto, Patrícia Navarro de Almeida. IV.
Título.

CDD: 333.31

RUTIAN DO ROSÁRIO SANTOS

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PRODUTIVA DOS TUPINAMBÁ DA SERRA DO
PADEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 15 de dezembro de 2014.

Orientador:

Profª Drª. Gilca Garcia de Oliveira
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profª. Ms. Patrícia Navarro de Almeida Couto
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Profª. Ms. Edna Maria da Silva
Universidade Federal da Bahia - UFBA

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer, primeiro lugar a DEUS que me deu saúde e a oportunidade de estar aqui. A minha mãe, minha grande companheira que me apoiou em toda esta jornada nunca terei como agradecer por toda a proteção e amor que me dedicou todos esses anos. A todos os meus irmãos e sobrinhos.

Agradeço em especial a Cristiano que tanto me apoiou, que se dedicou a me compreender e nunca saiu do meu lado e a sua família que me recebeu em sua casa e sempre me trataram muito bem.

Agradeço ao povo PATAXÓ pelos ensinamentos e valores que me trouxeram à universidade e me fizeram concluir mais esta etapa.

Ao povo Tupinambá da Serra do Padeiro, que me recebeu tão bem, a todos minha eterna gratidão pela oportunidade de poder conviver um pouco com vocês. A Célia Tupinambá que me recebeu em sua casa, não tenho nem palavras para lhe agradecer. A dona Maria, dona Miúda e dona Maria de Caetano por serem sempre tão simpáticas, e com suas conversas me ensinaram muitas coisas. Ao cacique Babau, minha eterna admiração, e a todos da comunidade que diretamente ou indiretamente me ajudaram; a observação da convivência da comunidade me fez repensar muitas coisas.

Ao grupo PET Comunidades Indígenas: Sirlene, Ariádila, Juliana, Taquary, Samara e as professoras Suzane e Clélia o meu muito obrigada. Meu agradecimento mais que especial a Aninha pela ajuda e por ser sempre um anjo em nossas vidas. Jean, agradeço por tudo, as conversas, as brigas.

A galera da Faculdade de Economia: Gustavo, Diego, Danilo, Claudinéia, Rodrigo, Anderson Teixeira, André Nunes, Caio Bandeira, Mauricio, Aline, vocês sempre levarei no coração.

A professora Gilca, que aceitou me orientar, mesmo depois de tanto tempo desaparecida, foi um grande prazer ser orientada por uma pessoa de tão grande coração. Aos professores Vitor Athayde e João Damásio, nunca me esquecerei dos ensinamentos, e foi uma honra ser aluna de vocês. A professora Patrícia que me orientou e me fez ver pontos que sem sua dica nunca seriam percebidos. A Edna, que encontrou um tempinho para tirar minhas dúvidas sobre o método.

Agradeço a Irene e Márcia da FUNAI, pela atenção e por sempre se dispor a nos ajudar em todo o percurso acadêmico.

E a todos que, diretamente ou indiretamente, foram fundamentais para a finalização desta etapa.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Neste estudo, realizado na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro nos municípios de Buerarema e Una, trata-se de uma análise da composição da renda e dos sistemas de produção das famílias indígenas, baseado no método de “Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários”, comparando as rendas agrícola com rendas não-agrícolas e da organização política dos Tupinambá da Serra do Padeiro. A pesquisa foi realizada tendo como base leitura de paisagem, entrevistas com informantes-chaves e construção de tipologias das famílias, sendo definido, famílias exclusivamente agrícolas, famílias agrícola com transferência governamental sobre forma de bolsa família (BF), famílias agrícola com aposentadoria (AP) e famílias pluriativas. Verificou-se que 70% das famílias possuem renda não-agrícola, oriundas tanto do trabalho na escola ou no posto, como de BF e AP. Foram analisados a renda monetária (RM) e produto bruto autoconsumo (PBac), verificando a importância do PBac na composição da renda das famílias. Para verificar a eficiência da produtividade dos sistemas de produção foram calculados os indicadores, tempo de trabalho familiar por subsistema, produtividade por área cultivada. Famílias exclusivamente agrícolas são mais diversificadas, a renda não-agrícola corresponde a 19,64% das famílias entrevistadas. A renda agrícola média foi calculada em R\$ 22.764,63/ano e R\$ 1897,05/mês; a renda não-agrícola foi de R\$ 5.565,00/ano e R\$ 463,75/mês; a renda total familiar média foi de R\$ 28.329,63/ano e R\$ 2.360/mês. As famílias tupinambá possuem renda total mensal maior que o salário mínimo vigente no país, sendo autossustentáveis, possuindo uma produção elevada e diversificada.

Palavras-chaves: Tupinambá. Serra do Padeiro. Sistema de Produção. Renda Agrícola. Renda Familiar.

ABSTRACT

In this study, conducted in village of Tupinambá from Serra do Padeiro in the municipalities of Buerarema and Una, it is one analysis of income composition and systems of production of indigenous families, based on method of “Analysis-Diagnosis of Agrarian System”, comparing the agricultural income from non-agricultural incomes and political organization of the Tupinambá from Serra do Padeiro. The survey was conducted with as reading landscape basis, interviews with key informants and construction of household types, defined exclusively agricultural households, agricultural families with government transfer on way to family allowance (BF), agricultural families with retirement (AP) and pluriactive families. It was found that 70% of households have non-farm income, both by the work at school or post as BF and AP. Monetary income were analyzed (RM) and crude consumption (PBac), verifying the importance of the PBAC in the composition of household income. To check the efficiency of productivity of production systems indicated were calculated, family work time per subsystem, productivity per acreage. Exclusively agricultural households are more diverse, non-farm income corresponds to 19,64% of the families interviewed. The average farm income was estimated at R\$ 22.764,63/year and R\$ 1.897,05/month; non-farm income was R\$ 5.565,00/year and R\$ 463,75/month; the average total of family income was R\$ 28.329,63/year and R\$ 2.360,00/month. The tupinambá families have total monthly income higher than the minimum wage in the country, self-sustaining, having high production and diverse.

Key-words: Tupinambá. Serra do Padeiro. Production System. Farm Income. Familiar Income.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidade de Terras Indígenas	18
Quadro 2 - Fase do processo de Demarcação	25
Quadro 3 - Situação fundiária indígena na Bahia	29
Quadro 4 - Cargos na Escola Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	49
Quadro 5 - Funcionários do posto de saúde da família, comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	49
Quadro 6 – Renda agrícola anual da UPF1, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	53
Quadro 7 – Estrutura de trabalho por ano, unidade de Trabalho Familiar (UTF) da UPF1, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	54
Quadro 8 - Produtividade dos subsistemas da UPF1 por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra	56
Quadro 9 - Unidade de Trabalho Familiar (UTF) da UPF2 por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	57
Quadro 10 - Renda Agrícola da UPF2 por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	58
Quadro 11 - Produtividade dos subsistemas da UPF2, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	60
Quadro 12 - Unidade de Trabalho Familiar (UTF) da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	61
Quadro 13 - Renda agrícola da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	61
Quadro 14 - Produtividade dos subsistemas da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	64
Quadro 15 – Unidade de Trabalho da Família (UTF) da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	65
Quadro 16 - Renda agrícola da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	66
Quadro 17- Produtividade dos subsistemas da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	68
Quadro 18 – Renda dos produtores, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	69

Quadro 19 – Produtividade dos sistemas de produção dos entrevistados, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção da população indígena na Bahia	27
Gráfico 2 - Proporção da população indígena que residem em terras indígenas	28
Gráfico 3 - Tipologia das famílias	51
Gráfico 4 - composição da Renda produtor (UPF1), Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	55
Gráfico 5 - Composição da Renda da UPF2, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	59
Gráfico 6 - Percentual da renda da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	62
Gráfico 7 - Composição da renda da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	63
Gráfico 8 - Percentual da renda da UPF4, por ano, comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	66
Gráfico 9 - Composição da renda da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	67
Gráfico 10 – Composição da renda familiar dos produtores, por ano, comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	69
Gráfico 11 - Renda monetária e PBac, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Núcleo da sede da Serra do Padeiro	43
Figura 2 – Fluxograma da Associação	44
Figura 3 - Retomadas	79
Figura 4 - Casa de farinha construída pela CAR	80
Figura 5 - Primeira Casa de Farinha	81
Figura 6 - Roça de cacau	82
Figura 7 – Ponte sobre o Rio Una	83
Figura 8 – Etapa da produção de farinha 1	84
Figura 9 – Etapa do processo de produção da farinha 2	85

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Divisão por comunidades do Território Tupinambá	32
Mapa 2 – Distribuição dos Tupi na costa do Brasil	34
Mapa 3 – Localização da área onde os Tupinambá de Olivença no Brasil	36
Mapa 4 – Território Indígena Tupinambá de Olivença	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP – Aposentadoria

BF- Bolsa Família

CGD - Coordenação Geral de Demarcações

DAF - Diretoria de Assuntos Fundiários

DPT - Diretoria de Proteção Territorial

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA- Instituto Socioambiental

PBF – Programa Bolsa Família

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

UPF- Unidade de Produção Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS: TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS	17
2.1 CULTURA E TERRITORIALIDADE ENTRE OS POVOS INDÍGENAS	18
2.2 CRIAÇÃO DA FUNAI	20
2.3 ESTATUTO DO ÍNDIO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	21
2.4 DEMARCAÇÕES DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS	22
2.4.1 Etapas do processo de demarcação	24
2.4.2 Por que demarcar?	26
2.5 MAPEAMENTOS DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA BAHIA: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	27
3 HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TUPINAMBÁ DA SERRA DO PADEIRO	32
3.1 BREVE HISTÓRICO DOS TUPINAMBÁ	33
3.1.1 Primeiros relatos e aldeamento na Vila de Olivença	35
3.1.2 Dispersão, migrações e reafirmação cultural	36
3.2 LUTA PELA TERRA	39
3.3 ALDEIA SERRA DO PADEIRO	41
3.3.1 Aspectos gerais	42
3.3.2 Organização política e social	43
4 ESTUDO REALIZADO: ANÁLISE DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS	46
4.1 METODOLOGIA: ANÁLISE DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS	46
4.2 INFORMAÇÕES GERAIS	49
4.2.1 Leitura de Paisagem	50
4.3 TIPOLOGIAS DAS FAMÍLIAS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO	51
4.3.1 Análise do sistema de produção da UPF1: Família exclusivamente agrícola	52
4.3.2 Análise do sistema de produção e da UPF2: Família Agrícola com Bolsa Família	56
4.3.3 Análise do sistema de produção e da UPF3: Família Agrícola com Aposentadoria	60
4.3.4 Análise do sistema de produção e da UPF4: Família Pluriativa	64
4.4 CRUZAMENTOS DE DADOS E RESULTADOS	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	78

1 INTRODUÇÃO

A questão indígena está diretamente vinculada ao entendimento que a sociedade nacional tem sobre o que é ser índio, nome genérico dado pelos colonizadores portugueses a todas as populações que viviam no novo território “descoberto”, e suas diversas e diferentes culturas.

Os povos falantes do tronco linguístico Tupi habitavam toda a costa litorânea brasileira, bem antes do período de colonização Europeia. O povo Tupinambá, que é muito citado pelos viajantes e cronistas coloniais, foi o de maior contato, e durante muitas décadas foram dados como extintos, mas ao contrário disso, permaneceram em uma pequena faixa do litoral e no interior das serras, no sul da Bahia, numa região dominada pela elite cacaueteira.

A aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro pertence ao Território Tupinambá de Olivença, foco deste trabalho. Está localizada em parte das cidades de Buerarema e Una, no sul da Bahia. Esta região é marcada pelos conflitos fundiários envolvendo a população indígena. Os Tupinambá protagonizam nos últimos anos grandes conflitos fundiários no sul da Bahia, oriundos da demora do Estado em reconhecer o direito pelas terras tradicionalmente ocupadas por este grupo étnico.

Nas últimas décadas, a questão indígena nacional vem adquirindo uma grande visibilidade na sociedade brasileira, a partir do reconhecimento da cidadania indígena, garantida na Constituição de 1988, que influenciou diretamente na ampliação do movimento indígena em termos de organização efetiva na luta pelos direitos à terra, e, conseqüentemente, o direito a uma educação diferenciada e uma atenção específica à saúde.

O que se pretende com este trabalho de pesquisa é reconhecer e caracterizar o território, investigar sobre a reprodução social da comunidade analisando suas principais atividades econômicas, através do método de análise diagnóstico de sistemas agrários, verificando a eficiência dos sistemas de produção presentes na comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, verificando a importância da renda agrícola na composição da renda total das famílias.

O presente estudo é composto, desta introdução e mais quatro capítulos. No segundo capítulo são apresentadas algumas discussões sobre a política indigenista brasileira, seus entraves e

evoluções das políticas públicas para povos indígenas, que se mostram relevantes para a compreensão do trabalho.

Já no terceiro capítulo é apresentada a história, a organização política e social dos Tupinambás da Serra do Padeiro, assim como a história da presença Tupinambá no Sul da Bahia, mais especificamente na microrregião do Litoral Sul.

O capítulo quatro é o estudo feito na comunidade indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, pelo método de “análise diagnóstico de sistemas agrários”.

O capítulo cinco traz as considerações finais a respeito das rendas agrícolas e não agrícolas na comunidade indígena dos Tupinambás da Serra do Padeiro.

2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS: TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS

Os maiores entraves encontrados pelos povos indígenas no Brasil dizem respeito ao reconhecimento de suas terras. As constantes “guerras” travadas contra os posseiros, grandes latifundiários, grileiros, mineradores e com o próprio Estado geram e ainda gerarão grandes problemas sociais no interior das comunidades. Os povos indígenas têm uma relação muito específica com a terra, muitas vezes não compreendida pelos “brancos”. Essa relação faz com que, toda sua existência, esteja vinculada e entrelaçada à “terra”.

Para iniciar, é importante fazer algumas distinções para melhor compreender as categorias que cercam a questão do território indígena. Uma delas é a de área indígena que corresponde à área que foi demarcada, enquanto que território seria a superfície total onde os indígenas habitavam ou habitam, sendo assim, o território sempre corresponde a uma superfície maior. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (2014), no Brasil as terras indígenas com limites já definidos correspondem a 13,28% do território nacional, a superfície do território nacional é de 851.487.659,9 hectares e as terras indígenas totalizam 113.112.112,8452 hectares. Mas ainda existem 129 áreas em estudo pela FUNAI. As maiores concentrações das terras demarcadas estão na região norte do país, onde se registram os menores índices de ocupação da terra por imóveis rurais.

O direito a terra, assim como o usufruto dos recursos naturais estão assegurados aos povos indígenas na Constituição Federal. As terras indígenas são consideradas como “terras tradicionalmente ocupadas”. O Artigo 231 no parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988 define terras tradicionalmente ocupadas como:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988)

O território remete aos povos indígenas algo mais profundo, não é apenas sua reprodução física que está em jogo, mas sim a afirmação cultural, e, como estes povos se reproduzem culturalmente. Segundo Gallois (2004, p.41) “o território de um grupo pode ser pensando com um substrato de sua cultura, [...] remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da

relação entre uma sociedade específica e sua base territorial”. Desse modo, o território se constitui como imprescindível a identidade cultural dos povos indígenas, conforme demonstram os mais variados tipos de ocupações.

As terras indígenas podem ser denominadas nas seguintes modalidades: tradicionalmente ocupadas; reservas indígenas; terras dominiais e interditadas. No Quadro 1, as modalidades de terras indígenas, com seus respectivos quantitativos e área.

Quadro 1 - Modalidade de Terras Indígenas¹

Modalidade	Quantidade	SUPERFÍCIE (ha)
Interditada	6	1.084.049,00
Dominial	6	31.070,70
Reserva indígena	30	33.358,70
Tradicionalmente ocupada	544	111.963.634,44
Total	585	113.112.112,85

Fonte: FUNAI, 2014

As terras tradicionalmente ocupadas é a modalidade que possui maior número, com 544. As reservas indígenas possuem 30 territórios. O total de Terras Indígenas no Brasil é de 113.112.112,85 hectares, sendo 585 territórios.

2.1 CULTURA E TERRITORIALIDADE ENTRE OS POVOS INDÍGENAS

Não se pode compreender sobre povos indígenas sem tocar nos conceitos de cultura, identidade, pertencimento e territorialidade, que estão entrelaçados entre si, e configuram a base para o entendimento central deste estudo. Segundo Da Matta (1981, p.3) “a cultura é um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode ser classificado [...] cada cultura contém um conjunto finito de regras, suas possibilidades de atualização, expressão e reação em situações concretas são infinitas”, seria a maneira geral de viver de um povo. Da Matta (1981, p 3) afirma que “formas e configurações sociais, estão dentro e fora de nós”.

¹ Reserva indígena: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas, sendo também de patrimônio da União.

Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio.

Interditada: São áreas interditadas pela FUNAI para proteção dos povos e grupos indígenas isolados.

A cultura se caracteriza como algo dinâmico que sofre mutação no decorrer do tempo. É nesta compreensão de transformação que a cultura se expressa, que se configura os povos indígenas na atualidade e, principalmente, os índios do nordeste brasileiro, onde se encontra a comunidade indígena que é foco deste estudo, os Tupinambá da Serra do Padeiro no sul da Bahia.

Na contínua modificação que é o processo cultural, segundo Laraia (2009, p. 96) “existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultado da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”. As modificações culturais ocorridas em grande maioria com os indígenas do nordeste decorrem deste choque de diferentes sistemas culturais.

A identidade cultural dos povos indígenas está ligada extremamente ao sentimento de pertencimento de sua cultura, para Castells (2013, p. 22) “identidade é a fonte de significado e experiência de um povo”. Castells (2013, p. 22) entende por identidade “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”.

No aspecto cultural, territorialidade é uma construção social e segundo Almeida (2004, p. 10) “funciona como fator de identificação, defesa e força”. Seria a garantia da proteção do território e de sua reprodução social. A dificuldade de entender as culturas indígenas no Brasil é devido ao modo etnocêntrico de enxergar a própria cultura como a soberana entre as outras, pensar conforme suas próprias regras, desconsiderando o entendimento do “outro”, como este “outro” se vê no mundo, Rocha (1990, p. 7), define etnocentrismo como, “uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência”.

Os povos indígenas eram e continuam, para uma grande parte da população brasileira, sendo considerados como um entrave ao desenvolvimento, como “atrasados”. As comunidades indígenas devem ser entendidas pela sua diversidade cultural, pela sua ligação com seu território. Conforme Oliveira (1998),

A noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p.55)

O processo de territorialização, de acordo com Oliveira (1998, p 56), “vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais”.

2.2 CRIAÇÃO DA FUNAI

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi criada pela Lei nº 5.371, de cinco de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça. É uma entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado e é o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução das políticas indigenistas brasileira em cumprimento ao que é determinado pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

A FUNAI foi criada em substituição ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão federal indigenista criado pelo Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910, responsável pela política indigenista, sua criação mudou profundamente as políticas voltadas aos povos indígenas no Brasil. Sua principal finalidade era proteger os índios e ao mesmo tempo, assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do país. Nesse momento, a Igreja deixou de ter a hegemonia no que se refere ao trabalho de assistência aos índios, de modo que a política de catequese passou a coexistir com a política de proteção por parte do Estado, diminuiu-se, também, o papel que os estados desempenhavam em relação às decisões sobre o destino dos índios (FUNAI, 2014).

O fim do SPI veio em meio a uma crise institucional e ao início da Ditadura Militar no Brasil. Além disso, o órgão estava carente de recursos e acabou por envolver pessoas sem qualquer preparação ou interesse pela proteção aos índios. Assim, os resultados obtidos pelo órgão não eram os esperados. Começaram, assim, a surgir denúncias de casos de fome, depopulação e até de escravidão indígena. Foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na década de 1960 para investigar denúncias de genocídio, corrupção e ineficiência contra o SPI, em 1967 se deu o fim ao SPI (Instituto Socioambiental -ISA, 2014).

A FUNAI foi criada num momento em que predominavam antigas e equivocadas idéias evolucionistas sobre a humanidade e seu desenvolvimento através de estágios. Estas idéias eram fortemente etnocêntricas e a Constituição Federal chegava a considerar os índios como “relativamente incapazes” (Instituto Socioambiental - ISA, 2014).

Mesmo reconhecendo a diversidade cultural entre as comunidades indígenas, a FUNAI tinha o papel de integrá-las de maneira harmoniosa à sociedade nacional. Para isso, seria necessário que algumas dessas sociedades “evoluíssem” para conseguirem se integrar à sociedade nacional, mas isso equivale a negar sua diversidade. A Ditadura Militar veio a implementar uma nova política indigenista, porém, ainda ambígua no que se refere à diversidade e especificidade cultural do índio.

Com o processo de democratização do país, foi incentivada a ampla discussão acerca da chamada questão indígena tanto pela sociedade civil como pelos indígenas. A Constituição Federal de 1988 veio a transformar concepções ideológicas e reconheceu a permanente diversidade e especificidade cultural do índio.

2.3 ESTATUTO DO ÍNDIO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

O Estatuto do Índio foi criado em 1973 e representou um avanço em relação à política indigenista antes praticada pelo SPI, estabelecendo novos referenciais no que diz respeito à definição das terras ocupadas pelos índios e em relação ao prazo - não cumprido, - para que todas as terras indígenas do país fossem demarcadas. Além disso, assegurou aos índios seu acesso ao quadro de pessoal da FUNAI, dando-lhes possibilidade de participar efetivamente de programas e de projetos destinados às suas comunidades. O Estatuto do Índio merece algumas críticas, no que tange o fato de considerar o índio como relativamente incapaz, o que choca com o texto da Constituição Federal de 1988.

A Constituição de 1934 foi a primeira a tratar dos direitos dos povos indígenas, estabelecendo ao Estado brasileiro a competência de legislar sobre a incorporação dos povos indígenas à comunhão nacional; sendo assegurada aos indígenas a posse das terras onde se encontravam permanentemente localizados, e as quais não poderiam ser alienadas. As Constituições de 1937 e 1946 mantiveram os mesmos princípios.

As mudanças em relação aos indígenas começaram com a Constituição de 1967, quando foi acrescentado que as terras ocupadas pelos indígenas integrariam o Patrimônio da União e assegurou o usufruto exclusivo dos índios sobre os recursos naturais e de todas as utilidades existentes em suas terras.

Integrar as terras indígenas ao Patrimônio da União foi uma forma encontrada pelo Governo de garantir a permanência das terras na posse dos indígenas, sendo assim proibida a venda e o loteamento a “não índios”. A Emenda Constitucional de 1969 acrescenta a "nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tivessem por objeto o domínio, a posse ou a ocupação por terceiros de terras habitadas pelos indígenas", foi estabelecido que os “posseiros” não teriam direito à indenização da União e da FUNAI.

Com a Constituição de 1988 ocorreram grandes avanços para os povos indígenas, como resultado da intensa atuação de entidades civis dedicadas às causas indígenas bem como de entidades indígenas. Essa Constituição legitimou os processos judiciais de demarcação movidos através do Ministério Público, estando este encarregado de defendê-los judicialmente.

2.4 DEMARCAÇÕES DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

A demarcação das terras é hoje um dos maiores problemas enfrentados pelos povos indígenas no Brasil. Segundo Badin (2006), o Estado brasileiro tem obrigação constitucional de resgatar a dívida histórica com os índios, preservando a riqueza de sua diversidade e garantindo os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A terra indígena tem uma característica especial por ser inalienável e indisponível. Por esse motivo, os índios não podem ser removidos, salvo em situações muito especiais definidas pela Constituição Federal (epidemias, catástrofes, soberania nacional) e isso ocorre somente após deliberação do Congresso Nacional.

É importante lembrar que, somente em 1850, passaram a existir leis no Brasil que tratavam de terras públicas e privadas. A partir daí, foi reservada aos índios uma parcela de terras ocupadas sem contestação e tidas como devolutas, ou seja, sem utilização ou destinação econômica. A “Lei das Terras” legitimou a posse dos “primeiros” ocupantes do território brasileiro, mas acabou por lesar os indígenas em direitos primários e originários sobre as

terras que ocupavam originalmente, pois considerava devolutas as terras de antigas aldeias despovoadas por índios, permitindo que muitos presidentes de províncias informassem que não havia mais índios em suas províncias para assim, garantir o pleno domínio dessas áreas e posteriormente revendê-las como propriedades particulares. (RIOS, 2002)

Antes da Constituição de 1988, a questão que gerava maior polêmica era o significado da expressão “terras tradicionalmente ocupadas” por índios. Segundo a Constituição Federal (artigo 231, §1º), há quatro fundamentos nos quais se apóiam a caracterização de terras indígenas. São eles: a condição de ser “habitados por índios em caráter permanente”, serem, por eles “utilizadas para suas atividades produtivas”, “serem imprescindíveis à preservação dos recursos necessários a seu bem-estar” e “serem necessárias a sua produção física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Um objetivo importante é que, além da produção efetiva do presente, existe a garantia do futuro, já que, essas terras, estarão para sempre destinadas às populações indígenas. É importante ressaltar que o território indígena é constituído não apenas pela área ocupada pelo grupo, mas também, pelas áreas imprescindíveis à conservação de sua identidade.

Segundo Rios,

Se nos últimos anos o problema da definição das terras indígenas, seu reconhecimento oficial e sua posterior demarcação física foram pedra de toque no indigenismo, o debate sobre a auto-sustentação dos povos indígenas parece ser a principal e mais controvertida questão indigenista para o século XXI. (RIOS, 2002, p. 68)

Assim, a defesa dos territórios pelos indígenas vem geralmente acompanhada de uma defesa de narrativas e saberes tradicionais dos povos indígenas, assim como uma retomada de sua identidade étnica e de participação na política e na história da região. (LISBOA, sd)

A cada dia, o Estado brasileiro dá indicações de que não consegue lidar de forma satisfatória com conflitos territoriais de modo ético, principalmente os que envolvem os indígenas e demarcações de terra. Ainda podemos falar em procedimentos administrativos intermináveis, cheios de obstáculos que forças políticas contrárias aos índios, inclusive com representação parlamentar que representam um grande impasse na demarcação e regularização dos territórios indígenas (LISBOA, sd).

2.4.1 Etapas do processo de demarcação

O processo de regularização da posse das terras indígenas, mais conhecido como demarcação dos territórios, segue as linhas definidas pela Lei nº 6.001, de 19/12/1973, conhecida como Estatuto do Índio e pelo Decreto nº 1.775, de 08/01/1996. Essa legislação deixa sob a responsabilidade da FUNAI a iniciativa, orientação e execução da demarcação das terras. A atividade de demarcação das terras é realizada pela Diretoria de Proteção Territorial (DPT).

O Decreto nº 1.775, de 8/01/1996, que "dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas", é o principal procedimento para identificação, delimitação, demarcação física das terras, homologação e registro. Esse decreto define claramente o papel da FUNAI, as fases e subfases da demarcação assegura a transparência desse processo. Mas o procedimento administrativo que garante a reserva de territórios destinados à proteção de grupos indígenas, previsto no art. 26 da Lei nº 6.001/73, é realizado de modo diferente do aplicado às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, estabelecido pelo Decreto nº 1.775/96 (FUNAI, 2014).

Além disso, à FUNAI são atribuídos, pelo Decreto nº 1.775/96, o poder de disciplinar o ingresso e trânsito de terceiros em áreas nas quais se constate a presença de índios isolados, ou que estejam sob grave ameaça e a extrusão dos possíveis não índios ocupantes das terras administrativamente reconhecidas como indígenas. O Decreto nº 1775/96 e na Portaria nº 14/MJ, de 9/01/1996 definem os critérios para identificar e delimitar territórios indígenas.

O primeiro passo do processo da demarcação é a identificação e delimitação do território. O grupo técnico que define essa etapa inicial é composto por técnicos da FUNAI, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e/ou da secretaria estadual de terras da localização do imóvel. A comunidade indígena atua com maior presença nas subfases do processo de identificação e delimitação do território.

Após os levantamentos em campo, centros de registros e órgãos fundiários locais e gerais é feito um relatório sobre a identificação e delimitação dos territórios. O resumo desse relatório é publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial da unidade estadual, sendo uma cópia afixada na sede municipal da comarca onde se localiza o território em estudo.

Estudos complementares etno-históricos, sociológicos, jurídicos, cartográficos, ambientais e o levantamento fundiário ajudam a caracterizar se o território é tradicionalmente ocupado pelos índios. Com base nesses estudos que devem ser aprovados pela FUNAI, a área será declarada tradicionalmente indígena, reconhecendo, dessa forma, o direito indígena sobre o território em questão.

Desde o início dos estudos delimitadores e demarcatórios do território até 90 dias da publicação dos resumos de relatórios no Diário Oficial da União e do Estado, podem ser apresentados por interessados contestações que serão analisadas pelos técnicos da FUNAI. Após os pareceres das contestações, aprovados pela FUNAI, são encaminhados para o Ministério da Justiça, analisando a proposta de limites da terra indígena. Depois que os estudos elaborados pela FUNAI são aprovados pelo Ministério da Justiça, a terra é declarada de ocupação tradicional indígena, sendo indicada a superfície, o perímetro e os limites e sendo determinada sua demarcação física.

A demarcação física é a efetivação dos limites do território indígena. A partir dessa fase é feita a estimativa de custos necessários à demarcação. A última etapa é o registro no cartório de imóveis em nome da União.

No quadro 2 estão representadas a condição atual das Terras Indígenas no Brasil, processos de demarcação de terras indígenas no país, segunda a Fundação Nacional do Índio (2014).

Quadro 2 - Fase do processo de Demarcação

<i>Fase do Processo</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Superfície (ha)</i>
Delimitada	38	2.307.660,91
Declarada	66	4.535.583,10
Homologada	14	531.917,01
Regularizada	426	104.588.473,42
<i>Total</i>	<i>544</i>	<i>111.963.634,44</i>
Em estudo	129	0,00
Portaria de interdição*	6	1.084.049,00

Fonte: FUNAI, 2014

* Áreas de proteção para índios isolados

Pode-se observar que do total de 544 territórios, 426 estão regularizados, lógico que não significa que estão de fato nas mãos dos indígenas. Há 38 processos em fase de delimitação,

um desse é o Território Tupinambá de Olivença, os processos que se encontra em estudo são 129.

2.4.2 Por que demarcar?

A demarcação de terras é o processo administrativo utilizado para delimitar o território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. Esse processo é dever da União que, pretende além de resgatar uma dívida histórica com os indígenas (primeiros habitantes das terras brasileiras), propiciar as condições fundamentais para sua sobrevivência física e cultural e preservar a diversidade cultural brasileira, tudo isto em cumprimento ao artigo 231 da Constituição Federal.

A regularização dos limites de terras pela demarcação é de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas brasileiros. Por isso, esses povos tanto lutam por seus direitos à essa regularização. Além disso, há a garantia da preservação do patrimônio biológico e do riquíssimo conhecimento agregado pelas populações indígenas. Os povos indígenas detêm um conhecimento milenar acerca da natureza e de sua manutenção e preservação, portanto a regularização dos seus territórios é de fundamental importância para a efetivação desse rico patrimônio material e imaterial.

Alguns fatores mais recentes proporcionaram a aceleração do processo de demarcação e regularização das terras indígenas brasileiras. Dentre eles, podemos destacar as modificações no modo de encarar e tratar as sociedades indígenas estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e o fato de que diversas organizações indígenas e entidades de defesa de direitos humanos que passaram a promover debate visando à reflexão acerca da demarcação das terras indígenas e das bases da política indigenista, como é o caso da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a qual o Brasil é signatário. Mas as regularizações não estão se dando de maneira efetiva.

Além da demarcação administrativa, que visa à proteção às terras indígenas, são necessários, processos que controlem a exploração econômica indevida e a invasão dos territórios indígenas.

2.5 MAPEAMENTOS DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA BAHIA: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

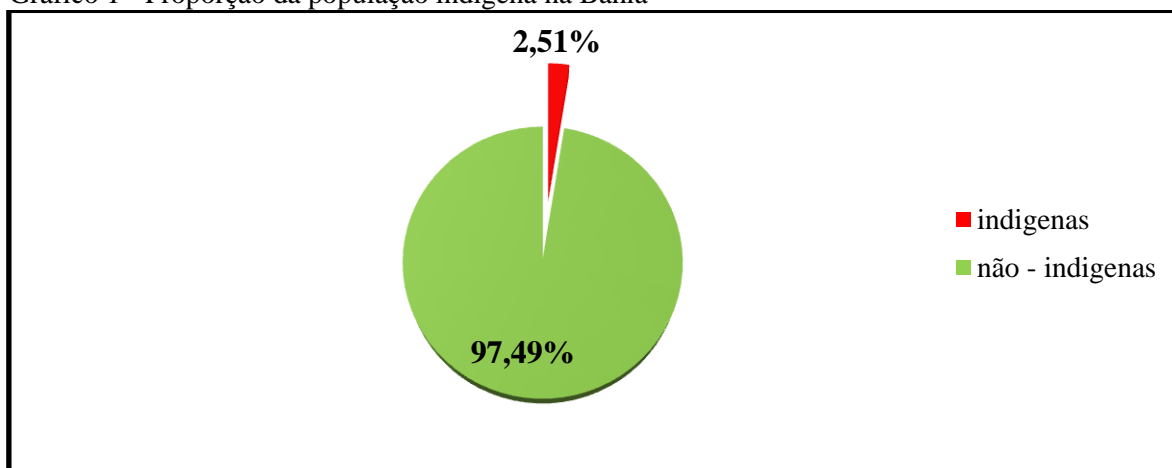
Na Bahia encontram-se 20 etnias, segundo a Coordenação de Políticas para Povos Indígenas/SJCDH-BA (2014), a saber: Kiriri; Kantaruré; Pankararé; Tumbalalá; Tuxá; Kaimbé; Pankaru; Xucuru-Kariri; Kariri-Xocó; Payayá; Atikum; Truká-Tupã; Fulni-ô; Pankararú-Gueyá; Xakriabá; Potiguara; Tapuia; Pataxó Hã hã hãe; Tupinambá; e Pataxó.

Estes Povos encontram-se estabelecidos em 32 municípios: Abaré; Sobradinho; Curaçá; Rodelas; Glória; Euclides da Cunha; Paulo Afonso; Santa Rita de Cássia; Quinjingue; Banzaê; Muquém de São Francisco; Morro do Chapéu; Ribeira do Pombal; Angical, Ibotirama, Utinga; Lauro de Freitas; Cocos; Serra do Ramalho; Camamu; Itajú da Colônia; Buerarema; Ilhéus; Pau Brasil; Camacã; Una; Belmonte; Itapebí; Santa Cruz Cabrália; Porto Seguro; Itamarajú; Prado.

São 126 comunidades (aldeias) distribuídas em 32 municípios, os Territórios Indígenas não obedecem, necessariamente, as fronteiras municipais. Com isso, existem comunidades que estão em mais de um município e isso pode dificultar ainda mais o processo de mapeamento e demarcação dos territórios indígenas.

Segundo o IBGE (Censo, 2010), a Bahia tem uma população de 15.126.371 de habitantes tendo aproximadamente 60.120 mil indígenas, sendo 2,51% da população baiana. Como pode ser observada no gráfico 1.

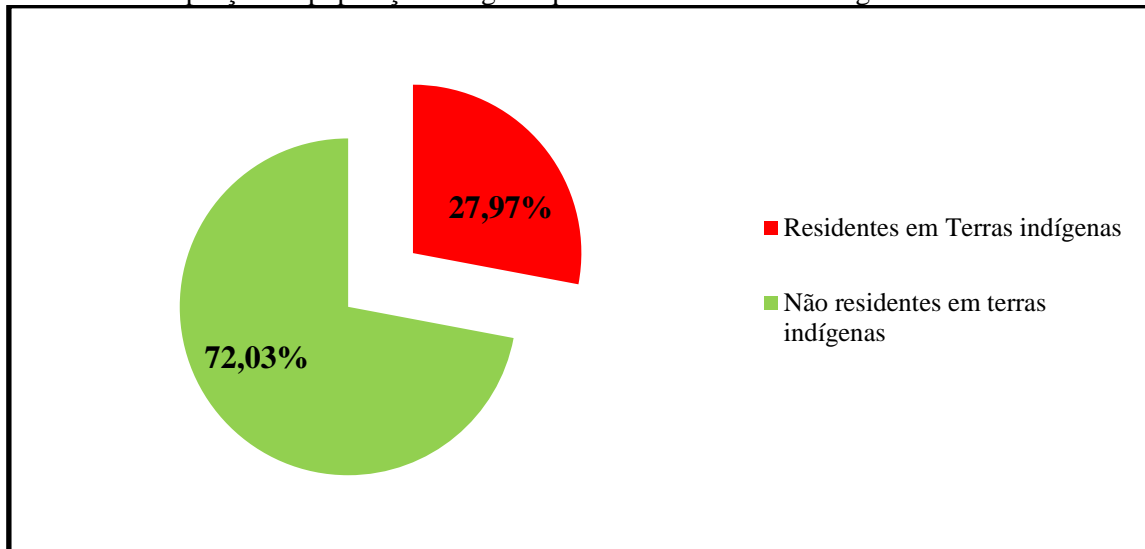
Gráfico 1 - Proporção da população indígena na Bahia



Fonte: Elaboração própria, 2014

Da população que se autodeclarara indígena, 16.817 mil são residentes em terras indígenas e 43.303 mil se encontram fora das aldeias. Com isso pode se observar que 72,03% das pessoas que se autodeclararam como indígena residem fora de áreas indígenas, um percentual muito considerável, como pode ser observar no gráfico 2, segundo o IBGE (censo, 2010).

Gráfico 2 - Proporção da população indígena que residem em terras indígenas



Fonte: Elaboração própria, 2014

A luta pela terra no estado da Bahia é uma das principais demandas, dos povos indígenas do estado, os territórios regularizados estão degradados, com posseiros e com necessidade de revisão dos limites. Existem muitas comunidades que não possuem terras e vivem em terras de terceiros, sem previsão para a aquisição, há algumas em conflitos fundiários, principalmente na região cacauera, que é onde se localiza a comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, foco deste estudo.

O Quadro 3 mostra a situação jurídica das terras indígenas no estado da Bahia, ou seja, em que estágio do processo de regularização se encontram. O processo de demarcação de terras indígenas é um período lento e doloroso para estas comunidades. Pode-se observar seguir que algumas etnias estão sem terra, ocupando terras de terceiros, esperando o Estado à aquisição das terras, como é o caso dos Atikun que vivem em Santa Rita de Cássia, na Fazenda Jenipapeiro há mais de 10 anos e como é o caso de outros povos que ainda buscam por seus direitos à “terra”.

Quadro 3 - Situação fundiária indígena na Bahia

<i>Terra Indígena</i>	<i>Grupo Indígena</i>	<i>Município</i>	<i>Extensão (Ha)</i>	<i>Situação Jurídica Da Terra</i>
Aldeia Velha	Pataxó	Porto seguro	2.220,00	Delimitada
Barra Velha	Pataxó	Porto Seguro, Itamaraju, Prado	52.748,00	Delimitada(Revisão de limites)
Cahy/Pequi	Pataxó	Prado	0,00	Em estudo
Caramuru-Paraguassu	Pataxó hã hã hãe	Camacan, Itajú da Colônia e Pau Brasil	54.105,00	Declarada (Dec. Estadual)
Coroa vermelha	Pataxó	Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália	2.299,06	Regularizada (Revisão de limites em estudo)
Fazenda Pedrosa	Xucuru- Kariri	Glória	28,00	Adquirida
Fazenda Remanso	Tuxá	Mequém de São Francisco	328,00	Adquirida pela CHESF
Fazenda Sítio	Tuxá	Banzaê	414,00	Adquirida
Mata Medonha	Pataxó	Santa Cruz Cabrália	550,00	Regularizada
Brejo do Burgo e Pankararé	Pankararé	Glória, Paulo Afonso e Rodelas	47.522,00	Regularizada (pleito p/ revisão)
Tumbalalá	Tumbalalá	Abaré e Curaçã	4.4978,00	Delimitação
Tupinambá de Oliveira	Tupinambá	Buerarema, Ilhéus e Una	47.376,00	Delimitada

Tupinambá do Jequitinhonha	Tupinambá	Itapebi	0,00	Em estudo
Tupinambá de Belmonte	Tupinambá	Belmonte	9.521,00	Delimitada
Fazenda Altamira	Atikum	Curaçá	700,00	Ocupada, com processo para aquisição
Batida e Baixa das Pedras	Kantaruré	Glória	1.811,87	Regularizada (homologada)
Massacará	Kaimbé	Euclides da Cunha	8.020,08	Regularizada
Reserva Thá-Fene	Kariri-Xocó	Lauro de Freitas	2.8,00	Dominial, doada
Barra (Fazenda Passagem)	Kiriri	Munquém do S. Francisco	62.295,00	Regularizada
Vargem Alegre	Pancaru	Serra do Ramalho	981,08	Regularizada
Aldeia Tupã	Trucá	Paulo Afonso	0,00	Sem providência (pleito aquisição)
Trucá	Trucá	Sobradinho	350,00	Ocupada, sem providência
Quixaba	Xucuru-Kariri	Glória	39,00	Dominial, adquirida
Tuxá Rodelas	Tuxá	Rodelas	7.150,00 (aprox)	Reserva, com pleito de ampliação
Morrinhos	Tuxá	Ibotirama	2.019,71	Terra regularizada adquirida pela CHESF
Tuxá S. Francisco	Tuxá	Rodelas	0,00	Ocupam terras de terceiros
Tuxá de Banzaê	Tuxá	Banzaê	414,00	Dominial, adquirida (Chesf)

Neo Pankararé	Pankararé	Rodelas	-	Ocupam terras de terceiros
Kiriri	Kiriri	Banzaê e Quijingue	12.299,87	Regularizada
Atikun Santa Rita de Cássia	Atikun	Santa Rita de Cássia	0,00	Ocupam terra de terceiros
Atikun de Angical	Atikun	Angical	0,00	Ocupam terra de terceiros
Kiriri de Barreiras	Kiriri	Barreiras	0,00	Ocupam terra doada pela CODEVASF
Fulni-ô Serra do Ramalho	Fulni-ô	Serra do Ramalho	0,00	Ocupam terras de terceiros
Pataxó Serra do Ramalho	Pataxó	Serra do Ramalho	0,00	Ocupam terras de terceiros
Atikun Rodelas	Atikun	Rodelas	0,00	Ocupam terra de terceiros
Fazenda Bahiana	Pataxó Hã Hã Hãe	Camamu	308,00	Dominical, adquirida
Imbiriba	Pataxó	Porto Seguro	408,34	Regularizada(pleito de revisão)
Pancararu de Passagem	Pancararu	Muquém de São Francisco	0,00	Sem providência (c/ pleito p/ aquisição de área a definir)

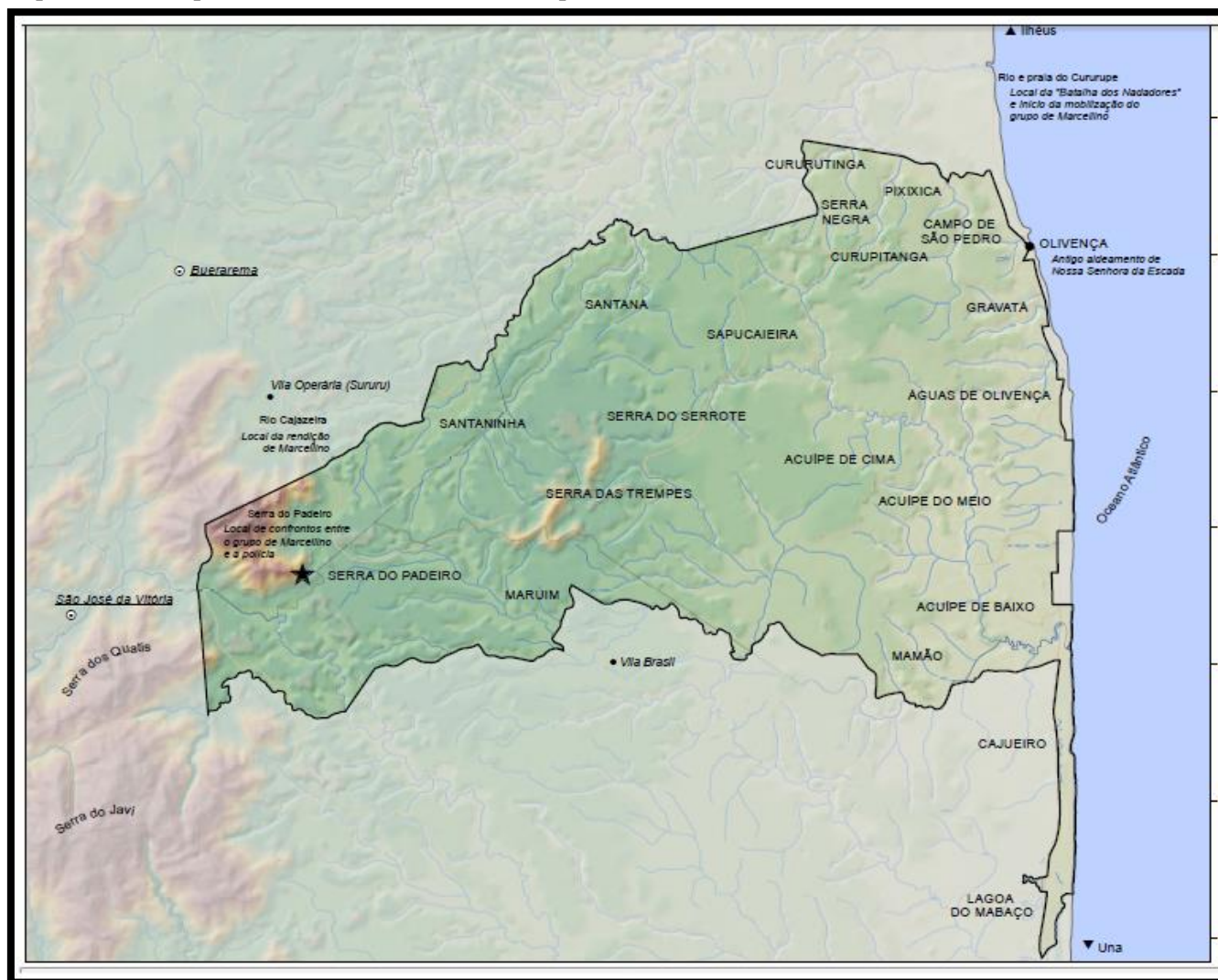
Fonte: FUNAI, 2014; Coordenação de Políticas para Povos Indígenas/ SJCDH/BA, 2013

3 HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TUPINAMBÁ DA SERRA DO PADEIRO

O povo Tupinambá é habitante da região sul da Bahia, área que corresponde atualmente os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una. A história relata através de cronistas a presença de índios Tupinambá do tronco linguístico Tupi em todo litoral brasileiro desde os tempos da Colônia

O Território Tupinambá de Olivença corresponde a uma área de 47.376,00 hectares (FUNAI, 2014), incluindo uma parte litorânea e outra de serras na Mata Atlântica.

Mapa 1 - Divisão por comunidades do Território Tupinambá



Fonte: ALARCON, 2013

O mapa 1 mostra a delimitação do Território Tupinambá. O território é composto por 22 comunidades. Este estudo diz respeito apenas à comunidade da Serra do Padeiro, localizada nos municípios de Buerarema e Una.

3.1 BREVE HISTÓRICO DOS TUPINAMBÁ

Os Tupinambá tem sua história marcada por mais de 500 anos de contato com a população não-indígena. Este período foi marcado por deslocamentos de seus territórios, colonização, escravidão, catequização, massacre, epidemias, assassinatos, invasões e expulsões que dizimaram parte do povo. Estes acontecimentos geraram transformações culturais e em certo ponto a absorção de elementos culturais. (UBINGER, 2012).

Ubinger ilustra que:

[...] Na metáfora por eles utilizada, fundamentada nestes eventos violentos, vivem em um “território de sangue”. Todos esses processos e eventos levaram a transformações culturais, de modo que, para este povo, as relações interétnicas têm se configurado como elemento chave no processo cultural. (UBINGER, 2012 p.44)

A região de Olivença assim como a região de serras mais no interior da Mata Atlântica sempre foi habitada por índios do tronco linguístico Tupi, com a colonização estas populações viveram dias após dias perdendo suas terras. Com a implantação da Capitania dos Ilhéus, no século XVI, os povos indígenas do sul da Bahia experimentaram as consequências da presença dos “brancos” em seus territórios. (COUTO, 2008).

Fausto (2009) afirma que de acordo com os estudos linguísticos, os Tupi residiam na costa há apenas décadas antes da chegada dos portugueses, mas de acordo com a abordagem arqueológica, a presença deles nessa região costeira já era permanente há cerca de três séculos antes da presença europeia. O príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, em sua passagem pelo sul da Bahia entre 1815-1817, relata que os índios de Olivença eram descendentes do povo Tupinambá do tronco Tupi.

Durante várias décadas os índios do litoral sul da Bahia, os Tupinambá, foram considerados extintos pelo estado brasileiro e pela sociedade local, sendo isso claramente estratégico para usurpar suas terras. Porém este povo permaneceu na região de onde nunca saiu apenas sua

identidade étnica adormeceu ficando guardada dentro de cada membro daquele povo, mantendo mesmo em situações conturbadas as relações familiares e comunitárias, fato que ressalta a vivência de seus ancestrais.

O mapa 2 mostra a presença dos [povos/nações de fala] Tupi na costa brasileira no início do século XVI, estas populações habitavam do litoral do Brasil, de norte a sul.

Mapa 2 – Distribuição dos Tupi na costa do Brasil



Fonte: FAUSTO, 2009 p.384

A costa baiana era habitada por índios do troco Tupi, o que mostra claramente o mapa 2, como os Tupinambá e os Tupiniquim. Hoje os Tupinambá se localiza em uma pequena faixa de terra no sul da Bahia e os Tupiniquim habitam o estado do Espírito Santo.

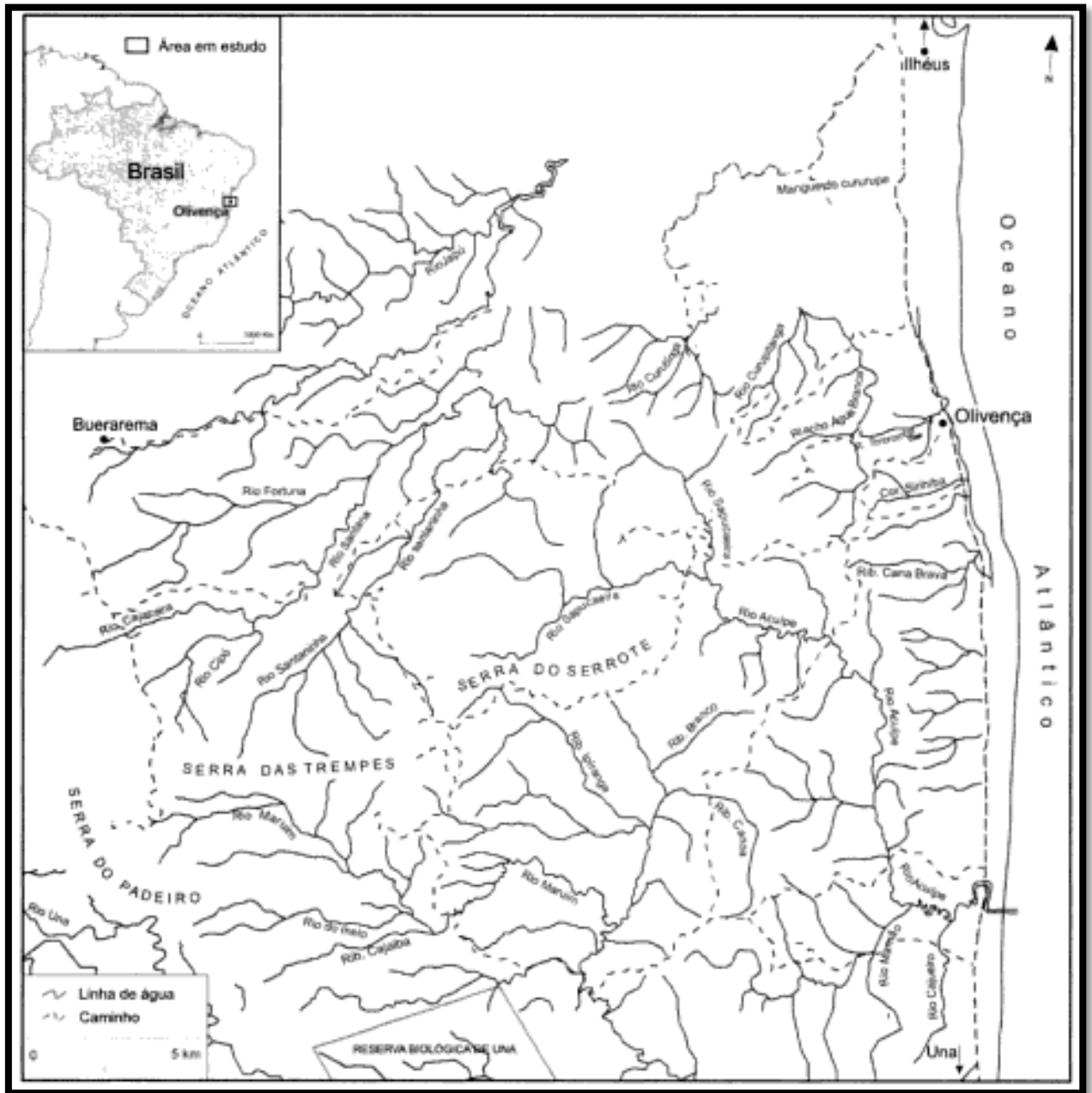
3.1.1 Primeiros relatos e aldeamento na Vila de Olivença

Olivença, atualmente distrito da cidade de Ilhéus, foi um antigo aldeamento jesuíta no Brasil colônia. Após 1560, começaram os aldeamentos missionários para a catequização dos índios. Em 1700 surgiu o aldeamento de Nossa Senhora da Escada, que “tinha como objetivo amansar o gentio bravo que vivia disperso pelo litoral e regiões de mata do sul da Bahia”. (COUTO, 2008 p. 23).

Os aldeamentos estiveram sob a tutela das ordens religiosas do período de 1597 até 1755, ano em que o aldeamento passou a ser considerado Vila de Olivença, pelo Marquês de Pombal, que em 1759 expulsou os jesuítas do Brasil. Mesmo depois que Olivença passou a ser uma vila, os índios continuavam a ser a maioria da população local, sendo Olivença um símbolo para os Tupinambá. Segundo Veigas (2007, p. 29), “na Carta Hidrográfica datada do século XVIII, podemos observar a inscrição topográfica de “vila de Olivença de Índios”, no mesmo local onde se localiza hoje a vila de Olivença”.

O mapa 3 mostra a área de localização dos índios Tupinambá desde do século XVIII. Confirmando assim a presença deste no território que está sendo reivindicado atualmente, nos municípios de Ilhéus, Buerarema e Una.

Mapa 3 – Localização da área onde os Tupinambá de Olivença no Brasil



Fonte: VEIGAS, 2007 p. 19

A área do mapa mostra a delimitação do território reivindicado pelos Tupinambá atualmente.

3.1.2 Dispersão, migrações e reafirmação cultural

Nos anos 20 e 30 do século XX, foi o período de dispersão e migrações do povo Tupinambá, marcados por violentos conflitos e referidos pela população como o tempo de “massacre”. Nesta época eles tiveram seu território invadido, espalhando-se para o interior da mata, vivendo à margens da sociedade, com muitas famílias indo povoar os municípios vizinhos e

também se “misturando”, ou simplesmente se abrigando no território, com os povos indígenas da região, os Pataxós e Pataxó Hã hã hã.

Os “índios de Olivença”, como eram chamado os Tupinambá, viveram perseguições, que resultaram na dispersão deste povo. Por muito tempo estes índios com medo das violências sofridas, viveram escondidos sob a expressão de “caboclos”, a negação de sua identidade como indígenas remota às diversas perseguições, principalmente na época do coronelismo na região cacauceira, que resultou nos anos 20 e 30 a grande diáspora do povo Tupinambá. Este período gerou na população a sua negação étnica, o medo aterrorizou este povo, de tal forma que sua identidade era mantida em silêncio, dado muito também pelo período político conturbado que vivia o Brasil.

A partir do início da década de 1920, o processo de expropriação do território dos Tupinambá de Olivença começa a se intensificar devido principalmente a dois fatores: a reclassificação dos índios como “caboclos” com a extinção dos aldeamentos missionários na costa atlântica, e o interesse fundiário da emergente elite cacauceira na região sul de Ilhéus. Entre as décadas de 1920 e 1930, o processo de espoliação foi, em parte, detido pela atuação de uma frente de resistência que ficou conhecida como “a Revolta do Caboclo Marcelino”, levado a cabo por um grupo de índios liderados pelo índio Marcelino.

Marcelino e seus aliados concentraram suas forças na região da ponte sobre o rio Cururupe, lugar estratégico, pois pretendiam estrangular o tráfego, impedindo a acesso fácil à Olivença. Conforme Paraíso,

A punição foi imediata e, em novembro, uma caravana de praças de polícia e de inspetores de quartirão deslocou-se para a região, iniciando a repressão aos revoltosos. A desigualdade de forças e a diferença na qualidade dos armamentos disponíveis culminaram na derrota dessa primeira tentativa de retomada das terras e na prisão de Marcelino e seus seguidores. (PARAISO, 2009, p. 5)

De acordo com Paraíso (2009), Marcelino fora acusado de alguns crimes, e apesar de nunca ser apurado ou comprovado, Marcelino passou a ser referido na imprensa como “famigerado criminoso”, “Lampião Mirim” ou ainda, o homem que se fez bugre, o que demonstra a sua insatisfação e capacidade de organização do movimento reivindicatório dos índios de

Olivença. Em 1935 foi regularizada uma linha de transporte entre Ilhéus e Olivença, facilitando o acesso de um número maior de pessoas para invadirem as terras indígenas.

A resistência Tupinambá teve neste período visibilidade pela figura do “Caboclo Marcelino” que foi a grande liderança e é referência até hoje para este povo, a luta de Marcelino demonstrou a capacidade de resistência. Conforme Couto,

Marcelino José Alves, ou “caboclo Marcelino”, atuou de 1929 a 1936, juntamente com seu grupo de “caboclos” por ele liderado, tentando impedir a crescente investida dos brancos sobre a vila de Olivença. Para tanto, ele e seu grupo lutaram para que não fosse construída a ponte sobre o rio Cururupe, uma vez que esta facilitaria significativamente o acesso dos não-índios a Olivença. Os atos destemidos de Marcelino geraram consequências que até hoje repercutem entre os Tupinambá. (COUTO, 2008 p. 15)

O “caboclo Marcelino” é exemplo de coragem, força e determinação para o povo Tupinambá, é com sua atuação que este povo mostrou a resistência. Os índios foram sendo expulsos da vila paulatinamente, depois de ações normativas administrativas excludentes que decretaram, por exemplo, a proibição de construir casas de taipa.

A partir dos anos 2000, começou para a sociedade brasileira a intensificação do movimento de ressurgimento étnico, em 1999 foi publicado o relatório de delimitação do Território Tupinambá de Olivença e conseqüentemente o reconhecimento étnico deste povo pelo órgão indigenista federal, a FUNAI, garantindo aos Tupinambá o direito às terras tradicionalmente ocupadas. A partir de então, os conflitos pela disputa de terras, existentes desde o Brasil colônia, voltaram a se intensificar, de modo extremamente violentos. Foi neste contexto que os Tupinambá assumem sua identidade étnica.

O retorno da terra é primeiro passo para a reafirmação cultural, as retomadas tem papel fundamental, conforme Alarcon,

[...] pode-se afirmar que as retomadas consistem em processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios [...] as retomadas são mais que “instrumentos de pressão”, destinados a fazer com que o Estado brasileiro concluísse o processo administrativo de demarcação da Terra Indígena. Essas formas de ação são parte de uma estratégia de resistência e luta pelo efetivo “retorno da terra”,

categoria engendrada pelos Tupinambá, lastreada em suas concepções territoriais (ALARCON, 2013, p. 1).

A retomada é o elemento principal para pensar a questão do território e a reafirmação cultural, é a partir da ocupação, do retorno ao lugar de seus “avós”, de seus ancestrais, para fazer a reafirmação daquilo que é a sua vivência, sua história.

3.2 LUTA PELA TERRA

A luta pela terra sempre esteve interligada pelo fortalecimento da identidade étnica do povo Tupinambá. Ao serem expulsos de seu território e espaços de vida política e cultural, forçados a migrarem para outros lugares, acabaram se dispersando, e fragmentando-se em vários núcleos intercalados pela intrusão de posseiros. Neste movimento migratório parte da população foi para os centros urbanos a procura de melhores condições de vida e para fugir das perseguições. Viegas ressalva que,

[...] a vivência está sempre relacionada, entretanto, com o espaço de habitação, e por isso as questões do parentesco e da terra se tornam interdependentes: porque o espaço que se habita e o que se memoriza e vive são planos intersectados da experiência histórica dos Tupinambá na terra da Mata Atlântica da região de Olivença[...], que na vida dos Tupinambá de Olivença o conhecimento interpessoal continuado no tempo é a base de sustentação das sociabilidades (VIEGAS, 2007 p. 23).

Os conflitos fundiários no sul da Bahia, mais especificamente na região conhecida como costa do cacau, não estão ligados ao não conhecimento dos fazendeiros e da população local sobre os direitos dos indígenas sobre suas terras, mas sim ao questionamento deste, sobre a “identidade indígena do povo Tupinambá”, alegando que são “falsos índios”, criados pelo então órgão indigenista federal (FUNAI), que não tem história e nem raízes na região, principalmente nas regiões de serras, que de repente surgiram reivindicando espaço que não os pertencem. Comentários como este são ouvidos pela população local frequentemente.

A reivindicação da terra pelos Tupinambá não é recente. A região já presenciou sangrentas revoltas pela posse da terra, por possuir terra fértil, rios e períodos longos de chuvas a costa do cacau sempre será alvo de conflitos. Os Tupinambá tem claro noção que suas terras foram roubadas, para Ubinger,

Mesmo se os “caboclos” de Olivença, como foram chamado, estivessem quietos, dispersados, esquecidos ou traumatizados por uma história de violências sofridas pelas elites e táticas repressoras até aquele momento, um fato nunca foi esquecido na memória coletiva do grupo étnico como um todo: de que eles foram “roubados” (UBINGER, 2012 P.53-54).

O mapa 4 ilustra onde exatamente está localizado o Território Indígena Tupinambá de Olivença, que foi delimitado em 1999 (FUNAI, 2014), mas, contudo até hoje não foi homologado, o que influencia no acirramento dos antigos conflitos agrários e fundiários na região, ocasionando uma série de assassinatos de lideranças indígenas e agricultores, e um clima de insegurança, tensão por toda a área, gerando um sentimento de injustiça para ambos os lados. Recentemente a força nacional foi acionada para tentar controlar os conflitos envolvendo indígenas e fazendeiros, as consequências dos conflitos não são boas nem para os indígenas nem para os pequenos agricultores. A mídia local divulga apenas o que convém melhor aos grandes latifundiários, os detentores de grandes extensões de terras na costa do cacau.

Mapa 4 – Território Indígena Tupinambá de Olivença



Fonte: FUNAI, 2014

Na luta pelo território e o retorno para suas terras de origens, segundo Ubinger,

Os Tupinambá se encontram em várias situações de antagonismo. Nestas conjunturas, além dos conflitos territoriais, há criminalizações sobre os membros da comunidade. Isto traduz uma aparente estratégia do Estado de reprimir as ações da comunidade indígena na reivindicação dos seus direitos. (UBINGER, 2012 p.136)

Muitas das terras que foram retomadas estavam degradadas e abandonadas, decorrentes do declínio da cultura do cacau, Magalhães ressalta que,

Com a publicação do laudo de identificação de terras da FUNAI, as relações entre indígenas e fazendeiros se tornaram ainda mais tensas e instáveis. As áreas retomadas são, em grande parte, antigas fazendas de cacau abandonadas ou semiabandonadas. Alguns proprietários já não moravam dentro da fazenda, quando sequer a visitavam. Nesses casos a ocupação efetiva por parte dos índios não provocou muitos conflitos, já que muitos proprietários preferiam aguardar o recebimento da indenização após o processo demarcatório. A transformação do solo e da paisagem das fazendas semiabandonadas, um retrato arquitetônico da decadência da exploração monocultora do cacau ao longo do século XX, indica uma (re) conversão do espaço em lugar de permanência dos indígenas de Serra do Padeiro. A revitalização da fazenda, suas plantações e a reativação de suas construções de alvenaria, como os secadores de cacau, significam, de algum modo, que seus novos ocupantes pretendem permanecer naquela área, originariamente deles pertencente. (MAGALHÃES, 2010, p.131).

A luta pela terra pelos Tupinambá da Serra do Padeiro, como se observou em relatos da Comunidade se deu no momento em que a natureza pediu socorro, a destruição da floresta estava interferindo em toda composição de vida social, econômica e religiosa dos Tupinambá. Para este povo o território é um espaço sagrado.

3.3 ALDEIA SERRA DO PADEIRO

A comunidade da Serra do Padeiro é o foco deste estudo, é uma das vinte e duas comunidades que integram a Território Indígena de Olivença, apresenta características diferentes das outras comunidades. Localizada numa região de Serras cujo bioma é composto por Mata Atlântica, à comunidade abrange parte dos municípios de Buerarema e Una. Esta comunidade é protagonista na luta pela recuperação de suas terras, sendo que já retomou todas as áreas, hoje todo território da comunidade da Serra do Padeiro está nas mãos de seus legítimos donos, o povo Tupinambá.

A religiosidade, “culto aos encantados”, para os Tupinambá da Serra norteia toda a vivência coletiva deste povo, inclusive e principalmente as práticas agrícolas. Os Tupinambá da Serra do Padeiro consideram a aldeia como morada dos encantados. Na Serra do Padeiro, “a reciprocidade parece ter uma imensa relevância local e sua prática está também diretamente relacionada com a religiosidade presente na Serra” (COUTO, 2008, p. 99).

No momento da feitura da farinha, se forma uma rede social, onde a reciprocidade parece ter um papel bastante significativo. O ato de “dar as coisas” parece ter na Serra do Padeiro uma imensa importância para a manutenção da ordem social dos Tupinambá. (COUTO, 2008, p. 97)

A Serra é um lugar especial para o povo Tupinambá, foi nesta região que o “Caboclo Marcelino” se refugiou por anos e onde se entregou para a polícia e nunca mais se ouviu falar sobre ele. Para parte do povo o ele se transformou em um “encantado²”.

3.3.1 Aspectos gerais

A sede da Serra do Padeiro fica localizada a 18 km do centro de Buerarema, na microrregião litoral sul, e a 475 km de Salvador, capital do estado da Bahia. A “Serra³” é formada por dois grandes núcleos familiares: os Fulgêncio e os Ferreira da Silva⁴.

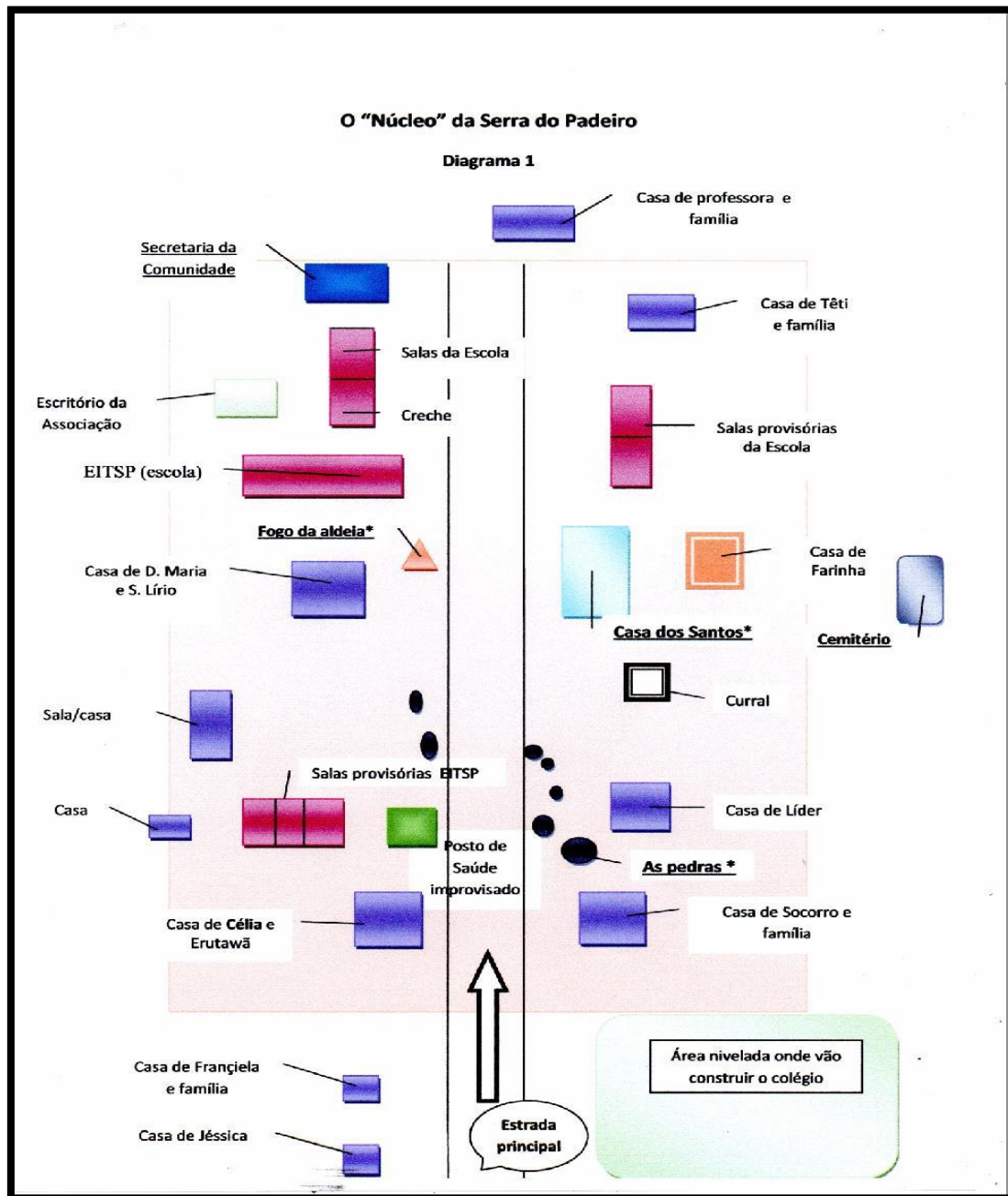
A aldeia possui uma sede, onde estão localizados: a escola, a casa dos santos, o posto de saúde da família, as casas da família Ferreira da Silva, a sede a associação comunitária, uma das casas de farinha comunitárias, como pode ser visualizado na figura 1.

² Encantados para o povo Tupinambá da Serra do Padeiro são seres espirituais, seriam “seres vivos”. Como nunca se achou o corpo de Marcelino e não se teve certeza de sua morte humana, estes acreditam que ele se transformou em um “encantado” sendo o protetor do povo.

³ Como é chamada pelo Tupinambá a aldeia da Serra do Padeiro

⁴ Família que pertence o atual cacique Babau, líder Tupinambá conhecido nacionalmente pela luta pela terra, e também o líder espiritual, o pajé Sr. Lírio, figura conhecida na região pela fama de “curandeiro”.

Figura 1 - Núcleo da sede da Serra do Padeiro



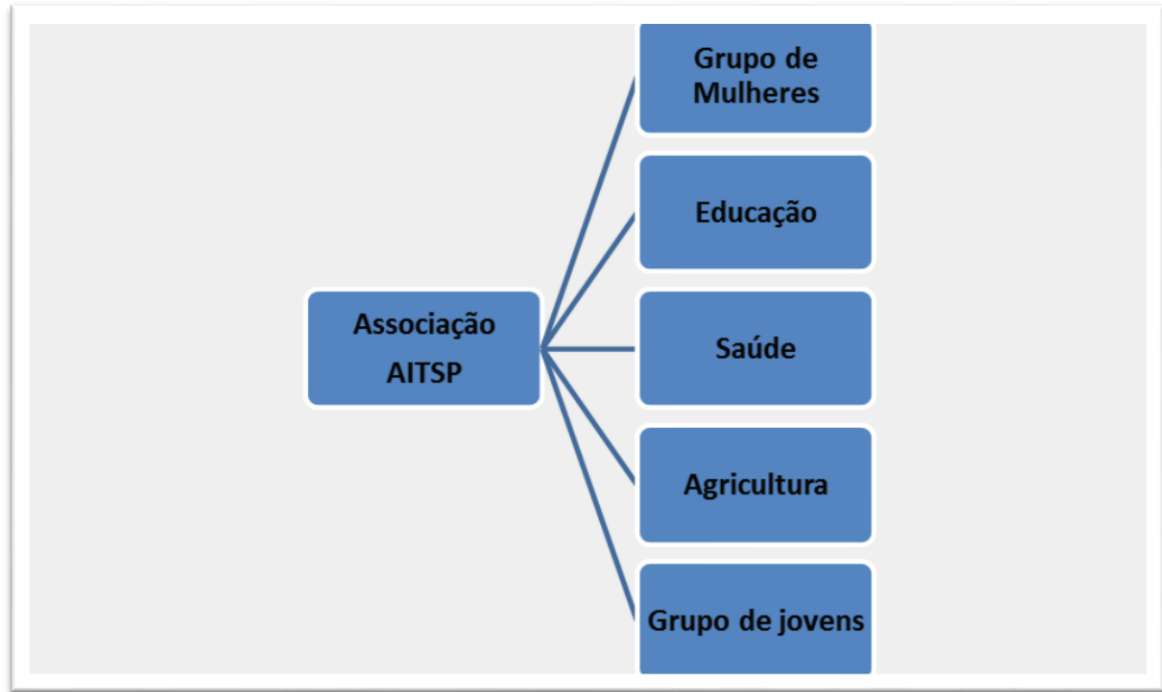
Fonte: UBINGER, 2012 p. 184

3.3.2 Organização política e social

Esta comunidade impressiona pela sua organização política, produtiva e social, fato que chama a atenção de todos os que a visitam. Como estratégia para melhor se organizar comunitariamente foi criada a Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro (AITSP) em 2004. A AITSP é o eixo central da organização política da Serra do Padeiro, esta é composta por cinco departamentos: Mulheres, Agricultura, Jovens, Educação e Saúde. No

grupo de Mulheres, possuem roças de mandioca para a produção de farinha, para o evento Encontro de Mulheres. O grupo de Jovens é responsável pela produção das seringueiras.

Figura 2 – Fluxograma da Associação



Fonte: Elaboração própria, 2014

A Associação é responsável pela manutenção das roças comunitárias de cacau e seringa, com ferramentas e equipamentos, tendo direito a 30% da renda da produção, que é utilizado para a manutenção nas áreas de retomadas, as viagens das lideranças, pagamentos de advogados para a defesa de líderes criminalizados, e gastos gerais coletivos.

O restante é dividido igualmente entre os que trabalharam nas roças. Toda produção de cacau das retomadas no território da Serra do Padeiro é vendida pela Associação. É também de responsabilidade da Associação a conservação das retomadas.

Para manter o controle estratégico das retomadas, existe um coordenador em cada retomada. Esta pessoa é responsável por levar as demandas para a Associação e para o cacique, este controle serve para manter socialmente organizada cada retomada, seria difícil a comunicação se não existissem estes coordenadores.

Os trabalhos na área de agricultura realizados pelos os índios da Serra são feito por mutirões, um jeito eficiente de trabalho coletivo, os mutirões são feitos todas as segundas-feiras em roças individuais diferentes. Ubinger ressalta que,

Para cuidar das “roças”, os índios trabalham em “mutirão”, isto é, grupos de pessoas que se juntam para cuidar de diferentes áreas de cultivo no território indígena. Por exemplo, o “mutirão” trabalha na “roça de mandioca” individual de uma pessoa ou família um dia, mas o proprietário é quem ganha a renda do fruto deste esforço coletivo. Porém, o próximo dia de mutirão será na roça de outra pessoa. Assim, os grupos trocam dias de trabalho nas roças de cada indivíduo, facilitando o esforço físico requerido para manter tais tarefas de reprodução social, além de todos se beneficiarem economicamente das suas próprias roças. Existem, também, alguns indivíduos que cuidam das suas roças privativas sem o auxílio de grupos, mas é comum que os indígenas labutem conjuntamente. Este labor grupal é especialmente importante para manter as famílias nas *retomadas*, as quais ainda não tenham suas próprias roças de cultivo e produção agrícola. (UBINGER, 2012 p.160)

As retomadas são coletivas e a produção também é coletiva, com grupo de pessoas que trabalhou no processo. As retomadas são por origem familiar, cada tronco familiar detém de uma área específica na comunidade, dentro da área da aldeia cada tronco familiar ainda permaneceu com uma área que varia dependendo da família de 5 a 20 hectares. Nessas áreas são as que os índios tupinambá permaneceram depois que foram tomadas suas terras. Essas áreas de cada família a produção é individual, familiar. As retomadas são feitas de acordo com o local dos ancestrais de cada tronco familiar dos indígenas que habitavam a região das Serras.

A produção das áreas que foram retomadas é administrada pela Associação, e esta que vende e repassa 70% do valor vendido igualmente para as pessoas que trabalharam, e fica com 30% do valor da produção, sendo responsável pela roçagem e qualquer necessidade nas áreas de retomadas. Os cultivos dentro das áreas de retomadas que já estavam prontos são coletivos como o cacau e a seringa. Há uma retomada que tem produção de pupunha (Palmito), que esta já estava plantada, assim a Associação fica com 30% da produção e o restante é dividido entre os moradores da retomada.

4 ESTUDO REALIZADO: ANÁLISE DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS

Neste capítulo são apresentados os resultados do estudo de caso realizado na comunidade indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, nos municípios de Buerarema e Una, no estado da Bahia, realizado nos meses de junho, outubro e novembro de 2014, baseado na metodologia de análise diagnóstica de sistemas agrários. Tomou-se para levantamento de dados da produção total calendário produtivo do ano 2013.

4.1 METODOLOGIA: ANÁLISE DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS

Para analisar os sistemas de produção das famílias indígenas da Serra do Padeiro, foi aplicado o método de análise diagnóstica de sistemas agrários. Mazoyer, apud, Dufumier, define sistema agrário como:

Um sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um sistema (técnico) de forças produtivas, adaptado às condições bioclimáticas de um espaço dado, compatível com as situações e necessidades sociais do momento [...] Um modo de exploração do meio é o resultado específico do trabalho agrícola que utiliza uma combinação apropriada de fatores de produção, inertes e vivos, para explorar e reproduzir um ambiente cultivado saído das sucessivas transformações historicamente experimentadas pelo meio original [...] Essa combinação forma um sistema, pois o ambiente cultivado é, geralmente, constituído de subespaços explorados de maneira distinta e complementar; pois os meios de trabalho são constituídos por um sistema de instrumentos coerente, necessário e suficiente para conduzir as lavouras e criatórios, elas próprias compatíveis com a situação do meio ambiente; sistema de instrumentos necessários e suficiente para explorar esse meio, mas igualmente necessário e suficiente para reproduzir de maneira durável, as condições (de produção, ou seja, a fertilidade e a organização necessária à produção). (MAZOYER, 1987 apud, DUFUMIER, 2010, p. 62).

O método segundo o manual do INCRA/FAO consiste em passos progressivos, partindo do geral para o específico, começando pelos fenômenos e pelos níveis de análises mais gerais, terminando nos níveis mais específicos e nos fenômenos particulares (cultivos, criação, etc.). (INCRA/FAO, 1997)

Utiliza-se o método de “Análise diagnóstica de sistemas agrários”, para coleta de informações, junto às lideranças e a comunidade, e assim como a leitura de paisagem do território. A pesquisa baseia-se no estudo das unidades familiares e seus respectivos sistemas de produção. REBOUL, apud, DUFUMIER, define sistema de produção agrícola,

[...] é um modo de combinação entre terra, força e meios de trabalho para fins de produção vegetal e animal, comum a um conjunto de explorações. Um sistema de produção é caracterizado pela natureza dos produtos, da força de trabalho (qualificação), dos meios de trabalho utilizados e por suas proporções. (REBOUL, apud, DUFUMIER, 2010, p. 86).

Em um sistema de produção de uma unidade produtiva, podem existir combinações de diversos subsistemas produtivos, podem estar presentes: os sistemas de cultivo, os sistemas de criação e os sistemas de transformação. É preciso analisar cada sistema e o contexto em que estão inseridos. O método permite comparar resultados econômicos dos diferentes sistemas de produção estudados, observando a produtividade de cada subsistema e a rentabilidade do sistema de produção (DUFUMIER, 2010).

É preciso observar nos sistema de produção: a família e a mão-de-obra disponível; a unidade de produção; os sistemas de cultivo; os sistemas de criação; os sistemas de transformação; as atividades complementares e as combinações entre o sistema de cultivo e criação (SILVA, 2008).

Por ser método sistêmico, ele nos permite observar a realidade dos sistemas produtivos, adaptado a realidade, considerando todo seu entorno, pois é utilizado com ferramenta para a obtenção de informações, com o intuito de se estabelecer linhas de estratégias para o desenvolvimento rural, através de políticas públicas.

Este estudo tem como objetivo o cálculo da renda familiar tanto da renda agrícola como da não-agrícola, incluindo o autoconsumo. Primeiramente calcula-se o valor agregado líquido (VAL), para um ano médio, obtido de cada sistema de produção considerando os preços médios do ano/produção anterior, conforme a fórmula:

$$\text{VAL} = \text{PB} - \text{CI} - \text{Am} \quad (1)$$

Sendo:

PB= produto bruto anual

CI= consumo intermediário anual

Am= amortização econômica= depreciação anual

Com o valor agregado líquido é possível calcular a renda agrícola do produtor, adicionando as seguintes variáveis:

$$RA = VAL + Sub - Jur - RF - Imp - Sal \quad (2)$$

Sendo:

RA= renda agrícola familiar

VAL= valor agregado líquido

Sub= subsídios agrícolas

Jur= juros de empréstimos

RF= renda fundiária paga aos proprietários da terra

Imp= Taxas e impostos

Sal: salários pagos aos trabalhadores de fora

Na comunidade da Serra do Padeiro pode-se observar que as famílias não possuem custos com juros, impostos sobre a terra, nem com insumos. Também não receberam subsídio do Estado. Foi considerado os 30% que a Associação obtém das roças de cacau como consumo intermediário, para melhor compreensão da realidade da comunidade em estudo.

Para a análise da renda dos produtores, foram usados alguns indicadores econômicos, para verificar a eficiência dos sistemas de produção, como: a produção bruta (PB); os custos intermediários, que neste estudo específico considerou-se os 30% que a associação retém das roças de “retomadas”; renda agrícola, que é a renda agrícola monetária mais o autoconsumo; unidade de trabalho familiar, o tempo de trabalho dedicado de cada membro da família nos subsistemas. Para verificar a eficiência do sistema de produção em relação à renda, UTF⁵ e à área, considera-se as seguintes variáveis:

RA/UTF - Renda agrícola em relação à Unidade de Trabalho Familiar;

RA/Ha - Renda Agrícola em relação à Área ocupada;

RA/Ha/UTF – Renda Agrícola em relação à área ocupada e à UTF

⁵ A UTF representa o trabalho de um adulto, em tempo integral, independente de gênero. Para a distribuição do tempo de ocupação entre as atividades familiares, utilizou-se sementes. O procedimento consiste em se deixar a disposição de cada integrante da família 50 grãos de feijão, sendo que cada um distribui conforme sua ocupação em cada subsistema praticada (SILVA, 2008).

4.2 INFORMAÇÕES GERAIS

Na comunidade, funciona a Escola Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, que é estadual que oferece, da creche ao terceiro ano do ensino médio. Além de dois cursos técnicos: de agricultura e de agroecologia. A escola possui 636 matriculados, sendo que são atendidos também alunos que não são indígenas, filhos de pequenos agricultores e assentados de reforma agrária, que estão localizados perto da comunidade indígena. Deste total, 212 alunos não são indígenas e 424 indígenas. A escola possui 56 funcionários, sendo que seis não são indígenas. Assim a escola gera 50 empregos para a comunidade indígena da Serra do Padeiro distribuída no quadro 4:

Quadro 4 - Cargos na Escola Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Função</i>	<i>Quantidade</i>
Motorista	10
Cozinheira	3
Vigilante	2
Técnico administrativo	5
Professores	28
Serviços gerais	5
Recepcionista	2
Diretora	1
Total	56

Fonte: Elaboração própria, 2014

Além da escola, a comunidade ainda dispõe do posto de saúde da família (PSF), que é de responsabilidade do DSEI/BA⁶, possui 17 funcionários, sendo 14 indígenas. Como pode ser visto no quadro 5:

Quadro 5 - Funcionários do posto de saúde da família, comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Função</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Condição étnica</i>
Médico	1	Não indígena
Enfermeiro	1	Não indígena
Dentista	1	Não indígena

⁶ O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com o Controle Social. Ligada a Secretaria Especial da Saúde Indígena. (SESAI, 2014)

Técnico de enfermagem	2	Indígena
Auxiliar bucal	1	Indígena
Agente de Saúde	4	Indígena
Agente de Limpeza Sanitária	3	Indígena
Motorista	4	Indígena
Total	17	-

Fonte: Elaboração própria, 2014

A escola e o posto geram 64 empregos assalariados a comunidade indígena tupinambá da Serra do Padeiro.

4.2.1 Leitura de Paisagem

A Comunidade fica localizada em zona rural da região das serras, no bioma de Mata Atlântica do Sul da Bahia, (Floresta Higrófila Sul Baiana), caracterizada por apresentar um clima úmido, com árvores altas. Para este povo a preservação das matas é fundamental para sua reprodução social.

O sistema agrário em que está inserido a Serra do Padeiro é da monocultura cacaueteira. A aldeia é cercada por serras, sendo estas o limite do território. A paisagem é de mata densa na maioria da comunidade, nas áreas de retomadas predomina a imagem dos cacaueteiros. Há algumas áreas de pastagem onde a mata não é tão preservada. A comunidade indígena faz um trabalho de recuperação dessas áreas.

As estradas são ruins, o que dificulta a escoação da produção em períodos muito chuvosos. Pode-se observar que praticamente todos os indivíduos possuem motocicletas, que servem de grande ajuda para se locomover mais rápido por um território, que é muito extenso, como a aldeia da Serra do Padeiro.

Ainda pode ser observada fauna e flora nativa da Mata Atlântica. Há diversas represas, lagos, rios dentro da aldeia. O rio Una corta toda a Comunidade, sendo dele que famílias obtêm água, cuja instalação de retirada de água foi feita pela própria comunidade por dentro da mata.

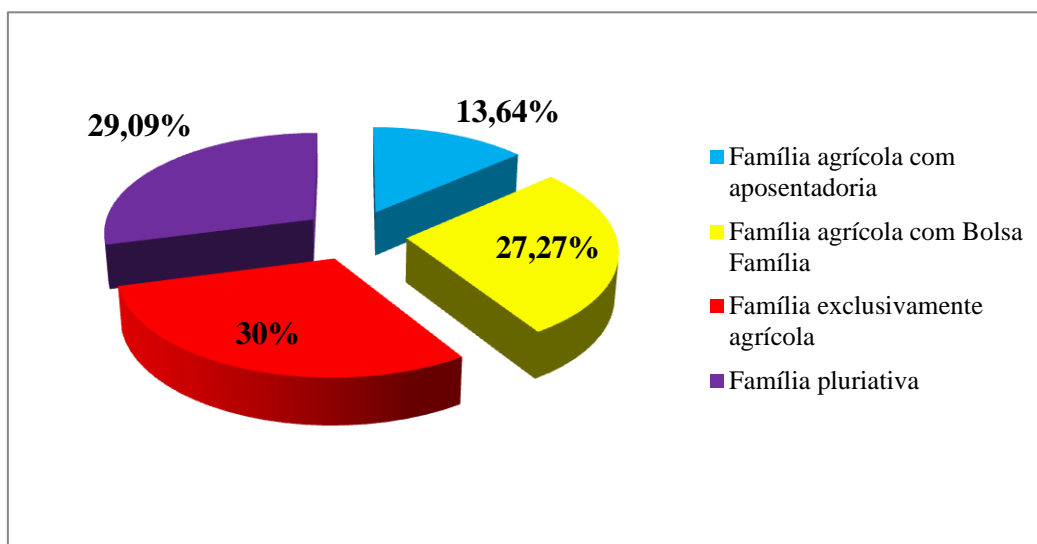
O rio Una é o maior rio na aldeia. Ele separa a sede da aldeia, da retomada da Unacau, empresa que foi desapropriada pelo INCRA ficando a sede para o povo Tupinambá da Serra do Padeiro, sendo que a maior parte ficou para um grupo de 91 famílias de assentados. A ponte

sobre o rio Una facilitou a mobilidade dentro da Comunidade, pois com os conflitos fundiários eles não podem ir à cidade de Buerarema. A ponte facilitou também o tráfego para outras cidades vizinhas, e também o escoamento da produção. A obra da ponte foi executada pela Associação com recurso financeiro da Companhia de Desenvolvimento e Ação Rural (CAR). Todas as casas possuem energia elétrica, oriundas do Programa Luz pra Todos do Governo Federal.

4.3 TIPOLOGIAS DAS FAMÍLIAS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Optou-se em fazer a tipologia por produtores, considerando a renda, escolhendo quatro famílias típicas para a análise mais aprofundada de seus respectivos sistemas de produção, na aldeia existem 220 famílias e aproximadamente 960 pessoas, sendo 60 famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família; 30 famílias que possuem integrantes que recebem aposentadoria; 64 famílias que são pluriativas, com integrantes que trabalham na escola ou no posto de saúde na própria comunidade e 66 famílias que são exclusivamente agricultores. As unidades familiares possuem em média de 2 a 6 membros. O gráfico 3 mostra a tipologia dos grupos representativos da aldeia.

Gráfico 3 - Tipologia das famílias



Fonte: Elaboração própria, 2014

Na Comunidade da Serra do Padeiro encontra-se os subsistemas de cultivo de abacaxi; banana-da-terra; banana-da-prata; mandioca; pimenta doce; cacau; seringa; cupuaçu; jenipapo e mamão. O cupuaçu e o jenipapo também são plantados nas roças de cacau para sombrear.

O subsistema de quintal existe, praticamente, em todas as unidades familiares, é utilizado apenas pra subsistência e conta com: horta (folha de couve, cebolinha, coentro, alface), feijão de arranca, abóbora, milho, pepino, jiló, quiabo; maxixe, acerola, laranja, limão, tangerina, goiaba e aipim. E possuem criação de galinha, porco, pato e ganso apenas para o consumo. A comunidade ainda pratica, mas com cautela caça silvestre para consumir como: paca, tatu, raposa, quati, guaxinim, cutia, saruê, rato quiará, rato jupati, teiú. Algumas famílias possuem sistema de criação de gado de corte para a venda na própria comunidade.

Atualmente, na aldeia o principal produto é a farinha de mandioca. Apesar de não ser aquele que gera maior renda para as famílias. Mas por ser uma cultura que dá o ano todo é praticamente uma moeda de troca, sempre que as famílias precisam elas “desmancha” uma parte da roça de mandioca para fazer farinha e vender no comércio das cidades vizinhas. Há quatro casas de farinha comunitária semi-mecanizadas localizadas em pontos estratégicos para atender toda a comunidade, sendo que, a Associação é responsável pela administração.

Atualmente a maioria das famílias trabalha com o cacau, sendo desta cultura a maior renda obtida. Como as áreas de retomadas são de cultivo de cacau, as famílias se dedicam pelo menos 6 mês do ano à colheita, o outro tempo precisa ser dedicado à limpeza, poda e demais tratamentos culturais.

Dentro deste universo foram escolhidas quatro famílias que são representativas da tipologia, apresentadas anteriormente.

4.3.1 Análise do sistema de produção da UPF⁷: Família exclusivamente agrícola

A unidade familiar é composta por três pessoas, um casal e uma criança. A família sempre morou na região da serra, são de origem local e sempre trabalharam na agricultura. A unidade de produção familiar possui um sistema de produção bem diversificado e o subsistema quintal com muitos animais para o consumo. O trabalho do casal é muito intenso. Possuem 0,8 hectares de mandioca para a fabricação de farinha, produzindo 50 sacas de farinha por ano. Destas 50 sacas, 44 delas são vendidos a R\$ 135,00 totalizando uma renda de R\$ 5.940,00 no

⁷ UPF= Unidade de Produção Familiar

ano, e seis sacas são consumidas pela família. O cultivo de abacaxi é feito em 1,20 hectares. Foram vendidos 80 centos de abacaxi no valor de R\$ 80,00/cento, totalizando R\$ 6.400,00.

O cacau ocupa uma área de 6,40 hectares e foram produzidas 150 arrobas de cacau, vendido em média por R\$ 85,00 a arroba, totalizando R\$ 12.750,00. A produção de aipim é para a venda para a escola da comunidade, é feita em 0,4 hectares, tendo produzido 1.500 quilos por ano, sendo vendido por R\$ 1,50/kg, totalizando R\$ 2.250,00. No subsistema de quintal a família cria galinhas, patos, gansos, porcos e carneiros tudo para o consumo. No quintal ainda há uma horta (coentro, cebolinha, hortelã), pimenta doce, limão, tangerina, cana, banana-da-prata, banana-da-terra, sendo que este último ainda não está produzindo. A família cria gado de corte, para a venda na própria comunidade que vendido á R\$ 100,00 a arroba.

No quadro 6 representa-se a renda agrícola dos subsistemas que compõe o sistema de produção da UPF1. Essa familiar possui uma renda agrícola anual total de R\$35.115,00, tendo uma renda mensal de R\$2.926,25, considerando o autoconsumo que foi de R\$7.100,00 anual, um valor significativo para a unidade familiar. Sendo a família composta por três pessoas, a renda per capita/mês é de R\$975,42, valor superior ao salário mínimo vigente que é de R\$724,00.

Quadro 6 – Renda agrícola⁸ anual da UPF1, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistema</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>PB(R\$)</i>	<i>CI(R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>Tax(R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB(R\$)con</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau	6,40	0,55	12.750,00	3.825,00	0,00	0,00	8.925,00	0,00	8.925,00
Abacaxi	1,20	0,20	6.400,00	0,00	0,00	0,00	6.400,00	0,00	6.400,00
Casa de farinha/ mandioca	0,80	0,50	5.940,00	0,00	0,00	0,00	5.940,00	810,00	6.750,00
Aipim	0,40	0,20	2.250,00	0,00	0,00	0,00	2.250,00	0,00	2.250,00
Criação de bovino	4,00	0,25	4.800,00	300,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
Trabalho doméstico	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	0,40	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.290,00	6.290,00
<i>Total</i>	<i>13,20</i>	<i>2,00</i>	<i>32.140,00</i>	<i>4.125,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>28.015,00</i>	<i>7.100,00</i>	<i>35.115,00</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

⁸ Renda agrícola (RA)= Renda Monetária (RM) + Produto bruto do autoconsumo

O quadro 7 mostra a unidade trabalho de cada membro ativo da família, o tempo dedicado a cada subsistema, observasse que o trabalho tanto homem quanto da mulher não se diferencia muito na divisão sexual do trabalho, sendo bastante equilibrado. O subsistema que possui maior dedicação da família é o cacau, pois como os cacaueiros estão degradados, precisam de uma maior atenção. Os trabalhos domésticos são feito pelos dois se igual modo, a família permanece muito tempo nas roças dedicando pouco tempo aos “afazeres” de casa.

Quadro 7 – Estrutura de trabalho por ano, unidade de Trabalho Familiar (UTF) da UPF1, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistema</i>	<i>UTF Mulher</i>	<i>UTF Homem</i>	<i>Total</i>
Mandioca	0,2	0,15	0,35
Cacau	0,2	0,35	0,55
Abacaxi	0,1	0,1	0,2
Aipim	0,5	0,5	0,1
Quintal	0,15	0,5	0,2
Criação de Bovino	0,1	0,15	0,25
Casa de farinha	0,15	0,1	0,25
Trabalho doméstico	0,5	0,5	0,1
<i>Total</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>2</i>

Elaboração própria, 2014

A tabela 1 mostra a composição da renda total da família, e a composição da renda agrícola. Uma vez que, a unidade familiar possui apenas renda agrícola, a renda total é igual à renda agrícola. Pode-se observar que o cacau possui a maior percentagem da renda sendo 25,42%, mas a produção é bem diversificada com outros cultivos de relevância para a composição da renda. O plantio de mandioca é totalmente transformado em farinha, como estes subsistemas são totalmente integrados, foi adotada a nomenclatura casa de farinha/mandioca.

Tabela 1 - Composição da renda familiar anual (UPF1), Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda %</i>
Renda agrícola	35.115,00	100,00
Renda não-agrícola	0,00	0,00
Renda familiar total	35.115,00	100,00

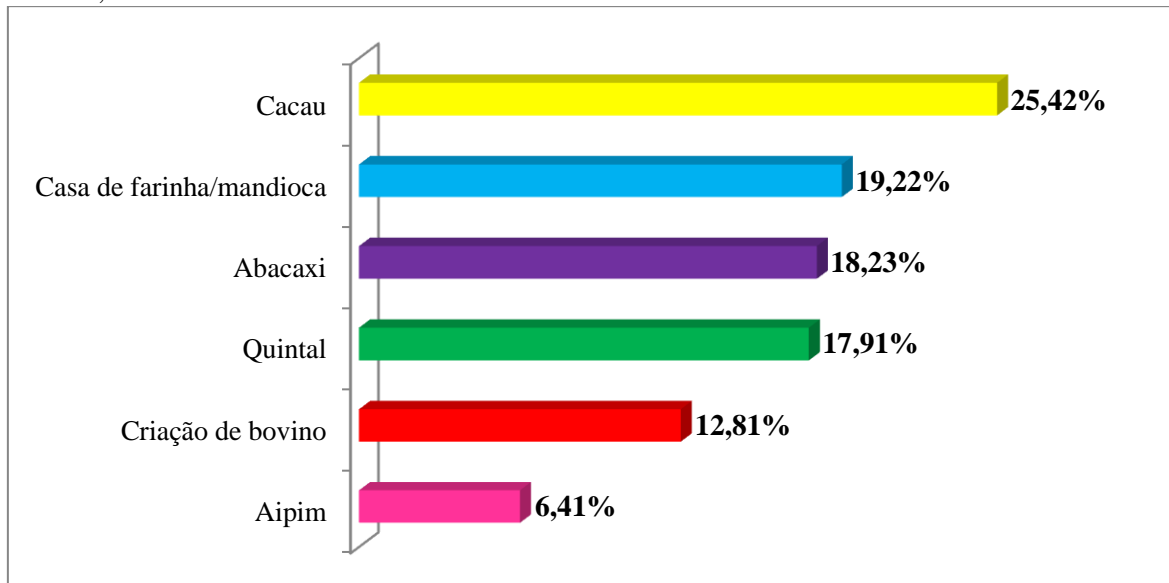
<i>Composição da Renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda%</i>
Cacau	8.925,00	25,42
Abacaxi	6.400,00	18,23
Casa de farinha/ mandioca	6.750,00	19,22
Aipim	2.250,00	6,41

Criação de bovino	4.500,00	12,81
Quintal	6.290,00	17,91
<i>Renda familiar total</i>	<i>35.115,00</i>	<i>100,00</i>

Elaboração própria, 2014

No gráfico 4, pode se observar com mais clareza a composição da renda familiar do produtor agrícola, as percentuais de cada subsistema e sua importância para o sistema de produção.

Gráfico 4 - composição da Renda produtor (UPF1), Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014



Fonte: Elaboração própria, 2014

À produtividade do sistema de produção UPF1, em relação ao indicador RA/UTF, foi calculada em R\$ 17.557,50/ano, este valor é usado com parâmetro do custo de oportunidade da UPF1, em permanecer ou não na atividade agrícola. Neste sistema de produção, os subsistemas que auferem maiores produtividades do trabalho são o subsistema Abacaxi, logo posteriormente, o subsistema Quintal, que possui grande relevância para a família; como pode ser observado no quadro 8. O indicador RA/ha indica a produtividade por área cultivada, a produtividade do sistema de produção da UPF1 foi de R\$2.851,54. Pode-se observar que o subsistema Quintal apresenta a maior produtividade por área do sistema de produção da UPF1, sendo de R\$ 15.725,00, reforçando que a renda do autoconsumo é de grande relevância. O indicador RA/ha/UTF, mostra que o subsistema mais eficiente é Quintal com R\$ 78.625,00, seguido pelo subsistema Aipim como segundo mais eficiente com R\$ 28.125,00.

Quadro 8 - Produtividade dos subsistemas da UPF1 por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra

<i>Subsistemas</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>RA(R\$)</i>	<i>RA/ha (R\$)</i>	<i>RA/UTF(R\$)</i>	<i>RA/ha/ UTF(R\$)</i>
Cacau	6,40	0,55	8.925,00	1.394,53	16.227,27	2.535,51
Abacaxi	1,20	0,20	6.400,00	5.333,33	32.000,00	26.666,67
Casa de farinha/ mandioca	0,80	0,50	6.750,00	8.437,50	13.500,00	16.875,00
Aipim	0,40	0,20	2.250,00	5.625,00	11.250,00	28.125,00
Criação de bovino	4,00	0,25	4.500,00	1.125,00	18.000,00	4.500,00
Trabalho doméstico	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	0,40	0,20	6.290,00	15.725,00	31.450,00	78.625,00
Total	13,20	2,00	35.115,00	2.660,23	17.557,50	1.330,11

Fonte: Elaboração própria, 2014

Os indicadores de eficiência econômica: RA/ha, RA/ha/UTF do sistema de produção da UPF1, respectivamente foi calculado em, R\$ 2.660,23 e R\$ 1.330,11.

4.3.2 Análise do sistema de produção e da UPF2: Família Agrícola com Bolsa Família

A família mora no estabelecimento há 10 anos. A casa fica próxima à primeira casa de farinha da aldeia. Anteriormente, eles moravam em uma fazenda onde o marido trabalhava na roça como assalariado. Depois do processo de reconhecimento do Território Indígena Tupinambá, esta família retornou para a Serra do Padeiro.

Esta família recebe transferência governamental na forma de bolsa família, no valor de R\$ 231,00/mês. A mulher tem 37 anos e o homem 48 anos. Eles moram com dois filhos em uma casa de madeira, no meio da mata, a aproximadamente 20 minutos de caminhada da estrada.

O sistema de produção desta família não é muito diversificado, pois a sua maior renda é obtida pelo cacau que requer bastante mão de obra. A família possui os subsistemas de cultivo: cacau, mandioca, no subsistema de transformação possui a casa de farinha onde toda família trabalha, e quintal que é pouco diversificado.

A roça de mandioca da família é cultivada em 0,8 hectares, sendo a mandioca utilizada totalmente no sistema de transformação, para a produção de farinha, que é usada para o consumo e a maior parte para venda. O caule da mandioca, a – maniva - é utilizado para o replantio da mandioca e as cascas servem de adubo. A família não tem custo nenhum com a

plantação de mandioca, exceto com o trabalho familiar. A farinha é fabricada por encomenda, sendo feita entorno de 48 sacas de farinha por ano, sendo seis delas para o consumo familiar. Cada saca de farinha tem 50 kg, e é vendido em média por R\$ 135,00, o trabalho da produção de farinha é feito exclusivamente por todos os integrantes da família.

O quintal é pouco diversificado e conta com poucos pés de banana-da-prata que produzem 10 cachos por ano, no valor de R\$4,00 por cacho e limoeiro com produção de duas sacas de 20 quilos por ano no valor de R\$10,00/saca, ainda tem pés de tangerina, laranja e coco que ainda não estão em produção.

O subsistema de cultivo de cacau possui 16 hectares. Apesar de a área ser relativamente grande possui poucos pés, em produção, em média, são 160 arrobas por ano. É o principal produto da família atualmente, sendo que, apenas os homens da família trabalham no cacau, sendo que, o filho trabalha apenas meio turno, pois ainda estuda. Como a produção do cacau é de uma retomada, a Associação possui 30% do valor total produzido.

No quadro 9 encontra-se a distribuição do tempo de trabalho da família por subsistema, o cacau é dedicação apenas masculina, enquanto o trabalho doméstico é função das mulheres da família. Já a produção de farinha e o cuidado com a roça de mandioca é trabalho conjunto da família, o homem dedica 60% de seu tempo para o cultivo do cacau, e a mulher dedica 40% de seu tempo ao trabalho doméstico.

Quadro 9 - Unidade de Trabalho Familiar (UTF) da UPF2 por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistema</i>	<i>UTF/Mulher</i>	<i>UTF/Homem</i>	<i>UTF/Filho</i>	<i>UTF/Filha</i>	<i>UTF/Subsistemas</i>
Cacau	0,0	0,6	0,3	0,0	0,9
Mandioca	0,3	0,2	0,1	0,0	0,6
Casa de farinha	0,2	0,2	0,1	0,2	0,7
Trabalho doméstico	0,4	0,0	0,0	0,2	0,6
Quintal	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2
<i>Total</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>0,5</i>	<i>0,5</i>	<i>3</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

No quadro 10 é possível observa à renda agrícola que é composta pela renda agrícola monetária acrescentando o autoconsumo, a renda agrícola da UPF2, que recebe transferência

governamental sobre a forma de bolsa família, é de R\$ 17.516,00/ ano, tendo um maior destaque para o cultivo do cacau que renda foi de R\$ 10.976,00/ano. O autoconsumo nesta unidade familiar representou um valor de R\$ 870,00/ano. A renda agrícola mensal é de R\$ 1.459,67, sendo uma renda per capita, apenas considerando a renda agrícola, de R\$ 364,92. A UPF2 é pouco diversificada, e não apresenta diversificação no subsistema Quintal, sendo a família muito dependente de variações do mercado pela dependência elevada do subsistema Cacau.

Quadro 10 - Renda Agrícola da UPF2 por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistema</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI(R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>Tax(R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB(R\$) con</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau	16	0,9	15.680,00	4.704,00	0,00	0,00	10.976,00	0,00	10.976,00
Casa de farinha/ mandioca	0,8	1,4	5.670,00	0,00	0,00	0,00	5.670,00	810,00	6.480,00
Trabalho doméstico	0,0	0,5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	0,2	0,2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00
<i>Total</i>	<i>17</i>	<i>3</i>	<i>21.350,00</i>	<i>4.704,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>16.646,00</i>	<i>870,00</i>	<i>17.516,00</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

A composição da renda da família agrícola com transferência governamental sobre a forma de bolsa família tem-se que a renda agrícola é 86,34% da renda total da família e a renda com a Bolsa Família é de 13,66%. A renda total da família é de R\$ 20.288,00, portanto a renda mensal familiar é R\$ 1.690,67, como são quatro pessoas que residem na unidade familiar à renda per capita é de R\$ 422,67, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Composição da UPF2, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2012

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda %</i>
Renda agrícola	17.516,00	86,34
Renda não-agrícola	2.772,00	13,66
Renda familiar total	20.288,00	100,00

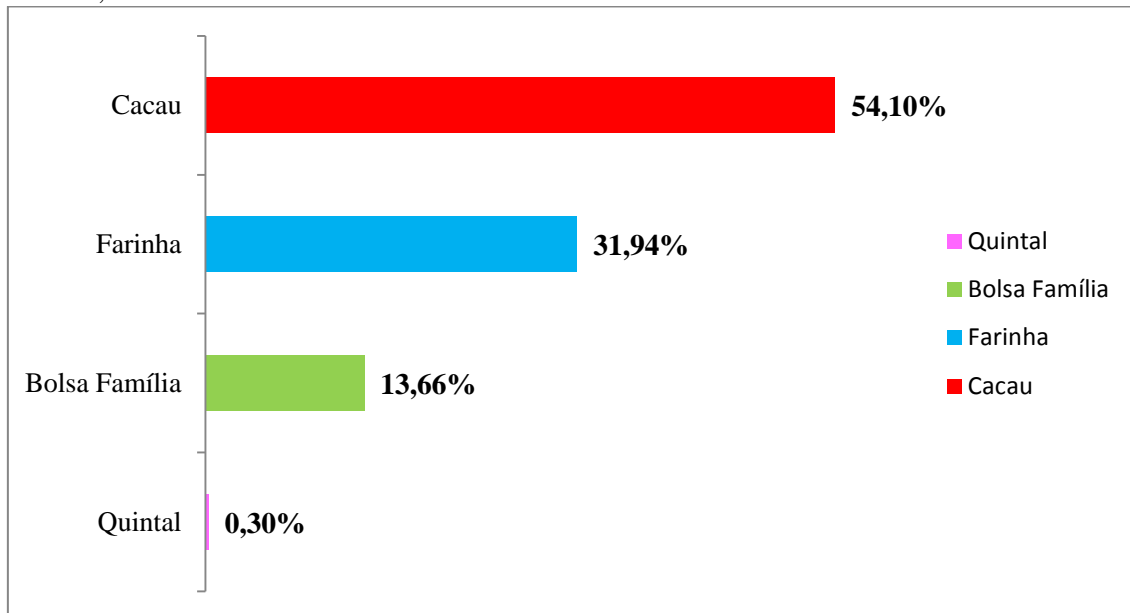
<i>Composição da Renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda%</i>
Cacau	10.976,00	54,10
Casa de farinha/mandioca	6.480,00	31,94
Quintal	60,00	0,30

Bolsa família	2.772,00	13,66
Renda familiar total	20.288,00	100,00

Fonte: Elaboração própria, 2014

O gráfico 5 ilustra com mais detalhes a composição da renda da UPF2. Observa-se que 54,10%, ou seja, um pouco mais da metade da renda é obtida pelo subsistema Cacau. O subsistema Casa de farinha/mandioca que são totalmente integrados é a segunda fonte de renda para a família, sendo 31,94%. O subsistema Quintal representa apenas 0,30% da renda total, a Bolsa Família corresponde a 13,66% da renda total da família.

Gráfico 5 - Composição da Renda da UPF2, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014



Fonte: Elaboração própria, 2014

O quadro 11 mostra os indicadores de produtividade dos subsistemas que compõe o sistema de produção da UPF2. O indicador RA/UTF foi calculado em R\$ 5.838,67/ano, este valor é usado com parâmetro do custo de oportunidade da UPF2, em permanecer ou não na atividade agrícola. Neste sistema de produção, os subsistemas que auferem maiores produtividades do trabalho é o subsistema Cacau. O indicador RA/ha indica a produtividade por área cultivada, pode-se observar que o subsistema Casa de farinha/ mandioca apresenta a maior produtividade por área do sistema de produção da UPF2, sendo de R\$ 8.100,00. Quanto em relação ao indicador RA/ha/UTF, a Casa de farinha/mandioca apresenta maior eficiência de produtividade sendo de R\$ 5.785,71, e o subsistema Cacau por este indicador detém menor eficiência de todos os subsistemas, com R\$ 762,22. Destaca-se que este subsistema encontra-se degradado em recuperação após a retomada.

Quadro 11 - Produtividade dos subsistemas da UPF2, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistemas</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>RA(R\$)</i>	<i>RA/ha (R\$)</i>	<i>RA/UTF(R\$)</i>	<i>RA/ha/UTF(R\$)</i>
Cacau	16	0,9	10.976,00	686,00	12.195,56	762,22
Casa de farinha/ Mandioca	0,8	1,4	6.480,00	8.100,00	4.628,57	5.785,71
Trabalho doméstico	0,00	0,5	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	0,2	0,2	60,00	300,00	300,00	1.500,00
<i>Total</i>	<i>17</i>	<i>3</i>	<i>17.516,00</i>	<i>1.030,35</i>	<i>5.838,67</i>	<i>343,45</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

A UPF2 apresenta nos indicadores de eficiência econômica, para RA/ha o valor encontrado foi R\$ 1.030,35 e RA/ha/UTF foi de R\$ 343,45.

4.3.3 Análise do sistema de produção e da UPF3: Família Agrícola com Aposentadoria

A família é de origem local, composta por três pessoas, sendo um casal e um filho, totalizando 2,5 unidades de trabalho familiar (UTF), o filho corresponde à meia UTF, o produtor é aposentado. A família antes do reconhecimento étnico do povo Tupinambá e a delimitação do território moravam na “terra dos fazendeiros”, onde mantinham uma roça, tendo voltado às terras a seis anos.

A família planta mandioca, em 0,4 hectares, que é destinada totalmente para a casa de farinha comunitária, e serve tanto para venda, quanto para o consumo, sendo vendida por R\$ 135,00 a saca. Foram produzidas 26 sacas de farinha, sendo 20 para a venda e seis sacas para o consumo. Criam gado de corte para a venda na própria comunidade, sendo vendidas 30 arrobas/ano por R\$ 100,00 a arroba. No espaço do quintal tem a criação de galinha para o consumo, sendo consumidas 40 galinhas por ano, se a família tivesse que comprar teria que dispor de R\$ 20,00 por galinha. Além de chuchu, banana-da-prata, coco (sendo que ainda não está produzindo) e uma horta (tomate, coentro, cebolinha).

A produção de cacau da família é localizada em área de retomada, em 3,6 hectares, a produção foi de 60 arrobas de cacau, tendo sido vendido pelo preço médio de R\$ 85,00 a saca, por ser retomada 30% fica com a Associação, o valor restante fica com a família, a família obteve uma renda com o cacau de R\$ 3.570,00 no ano de 2013.

O quadro 12 mostra o tempo que cada membro da família gasta nos subsistemas que compõem o sistema de produção. Nesta unidade de produção familiar o homem também exerce o trabalho doméstico, e ainda é o único responsável pela criação de bovinos da família. A mulher é responsável pelo cuidado do quintal, e dedica maior tempo a cuidado da roça de mandioca e a produção de farinha, que apesar de não ser aquela da qual que obtém maior renda, é o subsistema mais importante para a família, pois pode ser produzido o ano todo, diferente do cacau que são seis meses.

Quadro 12 - Unidade de Trabalho Familiar (UTF) da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistema</i>	<i>UTF/Mulher</i>	<i>UTF/Homem</i>	<i>UTF/Filho</i>	<i>Total</i>
Mandioca	0,15	0,15	0,05	0,35
Cacau	0,20	0,25	0,15	0,60
Casa de farinha	0,25	0,15	0,05	0,45
Criação de bovinos	0,0	0,30	0,20	0,50
Quintal	0,2	0,05	0,0	0,25
Trabalho doméstico	0,2	0,1	0,05	0,35
<i>Total</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>0,5</i>	<i>2,5</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

A unidade familiar possui uma renda agrícola total de R\$ 11.082,50/ano, os subsistemas Cacau, Criação de bovino e Casa de farinha/mandioca possui rendas muito próximas, a renda agrícola mensal é de R\$ 923,42. O PB consumo foi de R\$ 1.812,50/ano, sendo que o subsistema Quintal teve R\$ 1.002,50/ano. A renda proveniente do Cacau foi de R\$ 3.570,00 e da Casa de farinha/mandioca foi de R\$ 3.510,00.

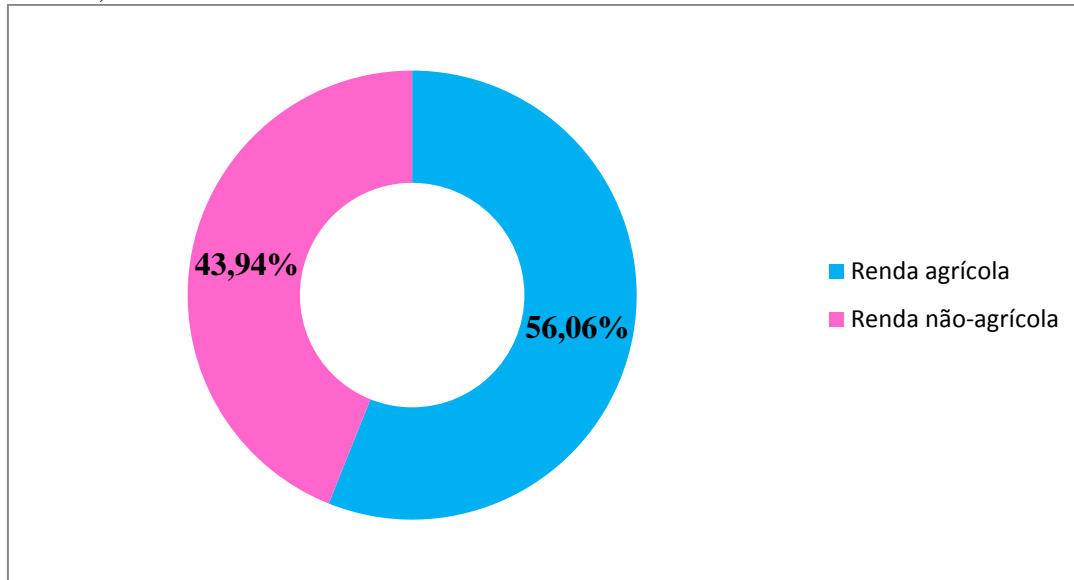
Quadro 13 - Renda agrícola da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistema</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>PB(R\$)</i>	<i>CI(R\$)</i>	<i>DEP(R\$)</i>	<i>Tax(R\$)</i>	<i>RM(R\$)</i>	<i>PB(R\$) con</i>	<i>RA(R\$)</i>
Cacau	3,6	0,6	5.100,00	1.530,00	0,00	0,00	3.570,00	0,00	3.570,00
Criação de bovino	8	0,5	3.000,00		0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
Casa de farinha/mandioca	0,4	0,8	2.700,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00	810,00	3.510,00
Trabalho doméstico	0	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	0,4	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.002,50	1.002,50
<i>Total</i>	<i>12,4</i>	<i>2,5</i>	<i>10.800,00</i>	<i>1.530,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>9.270,00</i>	<i>1.812,50</i>	<i>11.082,50</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

O gráfico 6 mostra o percentual da renda da UPF3, família agrícola com transferência governamental sobre a forma de aposentadoria rural, pode –se observar pelo gráfico que a renda não-agrícola é 43,94% da renda total, quase metade na renda total da família, a renda agrícola é 56,06%.

Gráfico 6 - Percentual da renda da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014



Fonte: Elaboração própria, 2014

A tabela 3 mostra a composição renda da UPF3, a renda familiar total foi R\$ 19.770,50/ano, sendo a renda não-agrícola oriundo da aposentadoria de R\$ 8.688,00/ano. A renda mensal foi de R\$ 1.647,42, sendo a unidade familiar composta por três pessoas a renda per capita foi de R\$ 549,18.

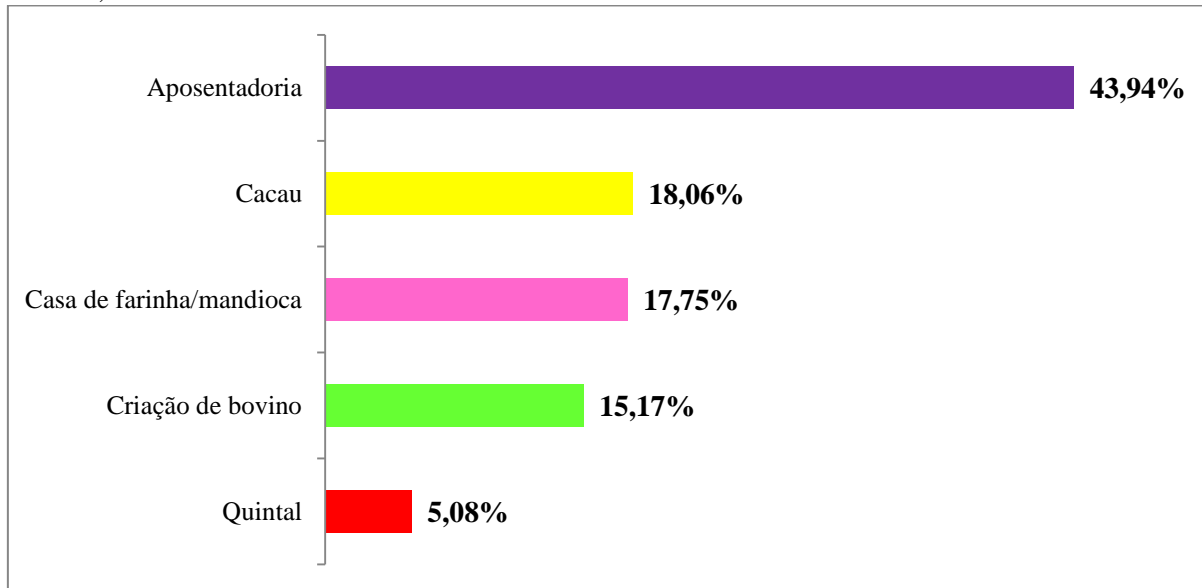
Tabela 3 - Composição da renda da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda %</i>
Renda agrícola	11.082,50	56,06
Renda não-agrícola	8.688,00	43,94
<i>Renda familiar total</i>	<i>19.770,50</i>	<i>100,00</i>
<i>Composição da Renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda %</i>
Cacau	3.570,00	18,06
Casa de farinha/mandioca	3.510,00	17,75
Quintal	1.002,50	5,08
Criação de bovino	3.000,00	15,17
Aposentadoria	8.688,00	43,94
<i>Renda familiar total</i>	<i>19.770,50</i>	<i>100,00</i>

Fonte: Elaboração próprio, 2014

O gráfico 7 mostra a composição da renda da UPF3. Pode-se observar que a Aposentadoria foi de 43,94% da renda familiar, o subsistema Cacau respondeu por 18,06%; a produção de farinha foi 17,75%; a criação de bovino foi 15,17% da renda e o subsistema Quintal foi de 5,08% da renda familiar.

Gráfico 7 - Composição da renda da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014



Fonte: Elaboração própria, 2014

O quadro 14 mostra a produtividade dos subsistemas que compõe o sistema de produção da UPF3. Estes indicadores mostram a eficiência da produtividade de cada subsistema. O indicador RA/UTF foi calculado em R\$ 4.433,00/ano, este valor é usado com parâmetro do custo de oportunidade da UPF3, em permanecer ou não na atividade agrícola. Neste sistema de produção, os subsistemas que auferem maiores produtividades do trabalho é o subsistema Criação de bovino, e subsistema Cacau.

O indicador RA/ha indica a produtividade por área cultivada, pode-se observar que o subsistema Casa de farinha/ mandioca apresenta a maior produtividade por área do sistema de produção da UPF3, sendo de R\$ 8.755,00, seguido do subsistema Quintal com R\$ 2.506,25. Em relação ao indicador RA/ha/UTF, a Casa de farinha/mandioca apresenta maior eficiência de produtividade sendo de R\$ 10.968,75 e o subsistema Criação de bovino por este indicador detém menor eficiência de todos os subsistemas, com R\$ 750,00.

Quadro 14 - Produtividade dos subsistemas da UPF3, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistemas</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>RA(R\$)</i>	<i>RA/ha (R\$)</i>	<i>RA/UTF(R\$)</i>	<i>RA/ha/UFT(R\$)</i>
Cacau	3,6	0,6	3.570,00	991,67	5.950,00	1.652,78
Criação de bovino	8,0	0,5	3.000,00	375,00	6.000,00	750,00
Casa de farinha/ mandioca	0,4	0,8	3.510,00	8.775,00	4.387,50	10.968,75
Trabalho doméstico	0,0	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	0,4	0,25	1.002,50	2.506,25	4.010,00	10.025,00
Total	12,4	2,5	11.082,50	893,75	4.433,00	357,50

Fonte: Elaboração própria, 2014

A eficiência da produtividade do sistema de produção da UPF3, que é observado pelos indicadores RA/ha e RA/ha/UTF foram calculados respectivamente R\$ 893,75 e R\$ 357,50.

4.3.4 Análise do sistema de produção e da UPF4: Família Pluriativa

Esta unidade familiar é composta por três pessoas, um casal e um filho. O marido com 56 anos, a esposa com 43 e o filho com 21 anos. A família sempre morou na comunidade, cultivando cacau. Conforme declarações da família, depois do reconhecimento do território indígena, as “coisas” melhoraram, pois a produção aumentou, sendo uma delas funcionária pública professora da escola da comunidade.

O principal cultivo é o cacau que é cultivado pela família numa roça individual de 6,0 hectares, tendo produzindo 100 arrobas de cacau, o subsistema de quintal com: mandioca, laranja, limão, milho, cupuaçu e banana-da-prata. A mandioca é utilizada para a fabricação de farinha para o consumo familiar que é feita com seis sacas por ano. O milho é plantado para ração para as galinhas e são produzidos oito sacas por ano.

O cupuaçu é transformado pela família em polpa para fazer suco que é produzido 30 quilo por ano. A família consome 15 sacas de laranja por ano e dez sacas de limão, dez cacho de banana-da-prata. O subsistema quintal possui uma variedade de frutas que é totalmente utilizado pela família.

A família no subsistema de criação possui 25 cabeças de galinha para a venda de ovos, e tem uma produção de 310 dúzias por ano, é vendida por R\$ 4,00 a dúzia. O pasto se encontra

subutilizado, mas a família pretende criar gado. A família é responsável pela retomada e pela produção de cacau na propriedade, sendo 10 ha de cacau. Os cacauzeiros estavam abandonados desde a queda da monocultura do cacau na microrregião Ilhéus-Itabuna e ainda estão em processo de recuperação, não possuindo uma boa produtividade. A safra do ano de 2013 foi de 270 arrobas de cacau, sendo vendido por R\$ 85,00 a arroba. Existe integração dos subsistemas de quintal com o subsistema criação de galinha (ovos), pois o primeiro fornece alimento para as aves.

No quadro 15, mostra o tempo dedicado de cada membro da unidade familiar nos subsistemas, à mulher que é professora, vinte horas na escola da comunidade (família pluriativa), dedica metade do seu tempo a esta atividade, e dedica o restante de seu tempo a Trabalho doméstico, Quintal e Criação de galinha. Os homens, pai e filho, são responsáveis pelo cacau, mas também dedicam tempo ao Quintal, Criação de galinha e o Pasto.

Quadro 15 – Unidade de Trabalho da Família (UTF) da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistema</i>	<i>UTF/Mulher</i>	<i>UTF/Homem</i>	<i>UTF/Filho</i>	<i>UTF/Total</i>
Cacau familiar	0,0	0,2	0,15	0,35
Cacau “retomada”	0,0	0,5	0,6	1,1
Criação de galinha	0,05	0,1	0,1	0,25
Pasto	0,0	0,05	0,1	0,15
Trabalho doméstico	0,35	0,0	0,0	0,35
Quintal	0,1	0,15	0,05	0,30
Trabalho não Agrícola	0,5	0,0	0,0	0,5
<i>Total</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>3</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

A renda agrícola da UPF4 é apresentada no quadro 16. A renda agrícola total foi de R\$ 27.345,00/ano, sendo a renda agrícola mensal de R\$ 2.278,75. O subsistema que maior renda foi o Cacau de “retomada” com um valor de R\$ 16.065,00/ano, depois o cacau familiar que foi de R\$ 8.500,00. O PB consumo foi de R\$ 1.540,00/ano.

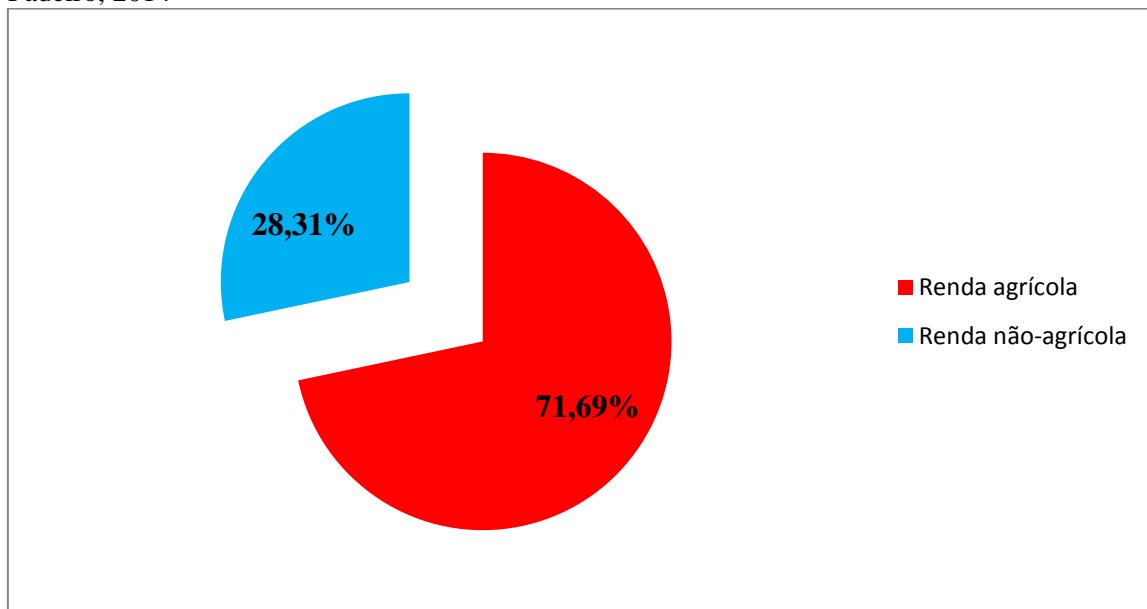
Quadro 16 - Renda agrícola da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistema</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>PB(R\$)</i>	<i>CI(R\$)</i>	<i>DEP(R\$)</i>	<i>Tax(R\$)</i>	<i>RM(R\$)</i>	<i>PB(R\$)con</i>	<i>RA(R\$)</i>
Cacau familiar	10,00	0,35	8.500,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00	0,00	8.500,00
Cacau "retomada"	6,00	1,1	22.950,00	6.885,00	0,00	0,00	16.065,00	0,00	16.065,00
Criação de galinha "ovos"	0,00	0,25	1.240,00	0,00	0,00	0,00	1.240,00	0,00	1.240,00
Pasto	5,00	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho doméstico	0,00	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	2,00	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.540,00	1.540,00
Trabalho Ñ Agrícola	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>23,00</i>	<i>3</i>	<i>32.690,00</i>	<i>6.885,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>25.805,00</i>	<i>1.540,00</i>	<i>27.345,00</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

O gráfico 8 mostra distribuição da renda da família pluriativa, a renda agrícola foi de 71,69% da renda total, enquanto que a renda não-agrícola foi de 28,31%.

Gráfico 8 - Percentual da renda da UPF4, por ano, comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014



Fonte: Elaboração própria, 2014

A composição da renda da unidade familiar pluriativa pode verificada na tabela 4, a renda familiar total é de R\$ 38.145,00/ano, sendo R\$ 10.800,00 a renda não-agrícola, oriunda do trabalho de professora de uma integrante da família. A renda mensal foi de R\$ 3.178,75, a unidade familiar é composta por três pessoas, tendo uma renda per capita de R\$ 1.059,58.

Tabela 4 - Composição da renda da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

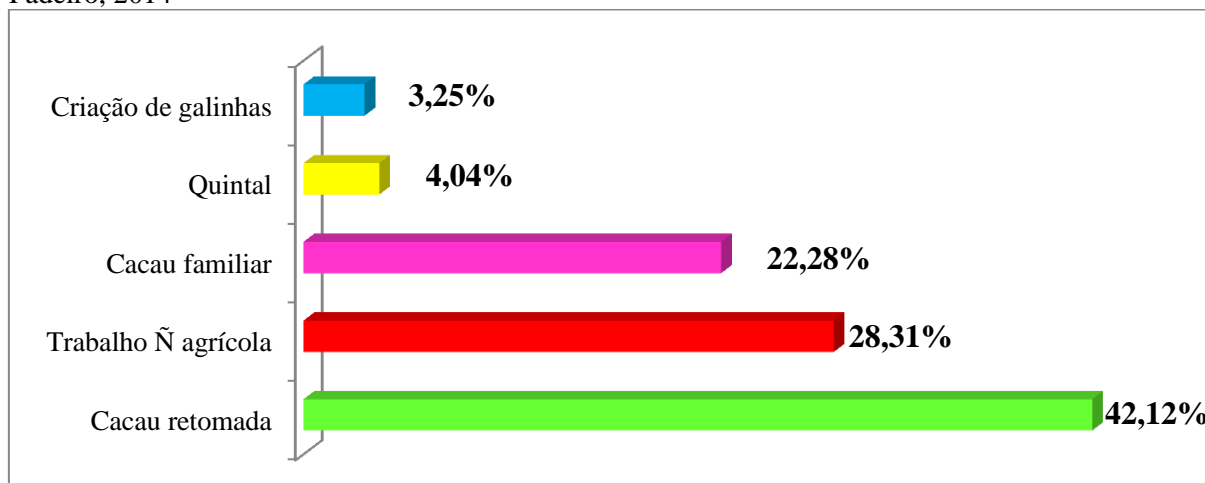
<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda %</i>
Renda agrícola	27.345,00	71,69
Renda não-agrícola	10.800,00	28,31
<i>Renda familiar total</i>	<i>38.145,00</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da Renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda %</i>
Cacau familiar	8.500,00	22,28
Cacau “retomada”	16.065,00	42,12
Criação de galinha "ovos"	1.240,00	3,25
Quintal	1.540,00	4,04
Trabalho não Agrícola	10.800,00	28,31
<i>Renda familiar total</i>	<i>38.145,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

O gráfico 9 mostra a composição da renda do produtor P4, família pluriativa. Pode-se observar que cacau da “retomada” é aquela atividade com maior contribuição na renda familiar, 42,12%. O percentual da atividade não-agrícola foi de 28,31% da renda. O subsistema Cacau familiar foi responsável por 22,28%; a criação de galinha (ovos) e o quintal correspondeu a 3,25% e 4,04 respectivamente.

Gráfico 9 - Composição da renda da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014



Fonte: Elaboração própria, 2014

No quadro 17 apresenta a produtividade do sistema de produção da UPF4. O indicador RA/UTF foi calculado em R\$ 9.115,00/ano, este valor é usado com parâmetro do custo de oportunidade da UPF4, em permanecer ou não na atividade agrícola. Neste sistema de

produção, os subsistemas que auferiram maiores produtividades do trabalho são o subsistema Cacau familiar com R\$ 24.285,71 e o Cacau de “retomada” com R\$ 14.604,55. O indicador RA/ha indica a produtividade por área cultivada, pode-se observar que o subsistema criação de galinha (ovos) apresenta a maior produtividade por área do sistema de produção da família pluriativa, sendo de R\$ 12.240,50. O indicador RA/ha/UTF, confirma como subsistema mais eficiente o subsistema Criação de galinha (ovos) com R\$ 49.600,00, o subsistema Quintal é o segundo mais eficiente com R\$ 2.566,67.

Quadro 17- Produtividade dos subsistemas da UPF4, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistemas</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>RA(R\$)</i>	<i>RA/ha (R\$)</i>	<i>RA/UTF(R\$)</i>	<i>RA/ha/ UTF(R\$)</i>
Cacau familiar	10,00	0,35	8.500,00	850,00	24.285,71	2.428,57
Cacau “retomada”	6,00	1,1	16.065,00	2.677,50	14.604,55	2.434,09
Criação de galinha "ovos"	0,10	0,25	1.240,00	12.400,00	4.960,00	49.600,00
Pasto	5,00	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho doméstico	0,00	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	2,00	0,30	1.540,00	770,00	5.133,33	2.566,67
Trabalho Ñ Agrícola	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>23,10</i>	<i>3</i>	<i>27.345,00</i>	<i>1.183,77</i>	<i>9.115,00</i>	<i>394,59</i>

Fonte: Elaboração própria, 2014

A produtividade do sistema de produção da UPF4, representado pelos indicadores RA/ha e RA/ha/UTF, foi calculado respectivamente em R\$ 1.183,77 e R\$ 394,59.

4.4 CRUZAMENTOS DE DADOS E RESULTADOS

Com base nos dados pode-se dizer que mesmo as famílias estando localizada no mesmo espaço, existem diferenças em suas rendas. De acordo com os dados da UPF1 é o que tem maior renda agrícola de R\$ 35.115,00/ano, pode ser entendido, como esta unidade familiar auferir apenas renda oriunda da agricultura, o trabalho é mais intensivo e diversificado. A UPF3, que obtém renda de transferência governamental sobre a forma de aposentadoria rural, possui a menor renda agrícola de R\$ 11.082,50/ano, e a renda não-agrícola corresponde a 43,94% da renda total da família, como pode ser observado no quadro 18.

A renda agrícola média das quatro UPF pesquisadas, foi de R\$ 22.764,63/ano e de R\$ 1.897,75/mês, considerando a renda não-agrícola a renda média total se eleva para R\$ 28.329,63/ano e para R\$ 2.360,00/mês. A renda total considerando as quatro famílias foi de R\$ 113.318,50/ano, a renda não-agrícola correspondeu a 19,64% deste total, sendo R\$ 22.260,00 e a renda agrícola total foi de R\$ 91.058,50. A renda não-agrícola total foi de R\$ 22.260,00 tendo como média R\$ 5.565,00/ano e R\$ 463,75/mês.

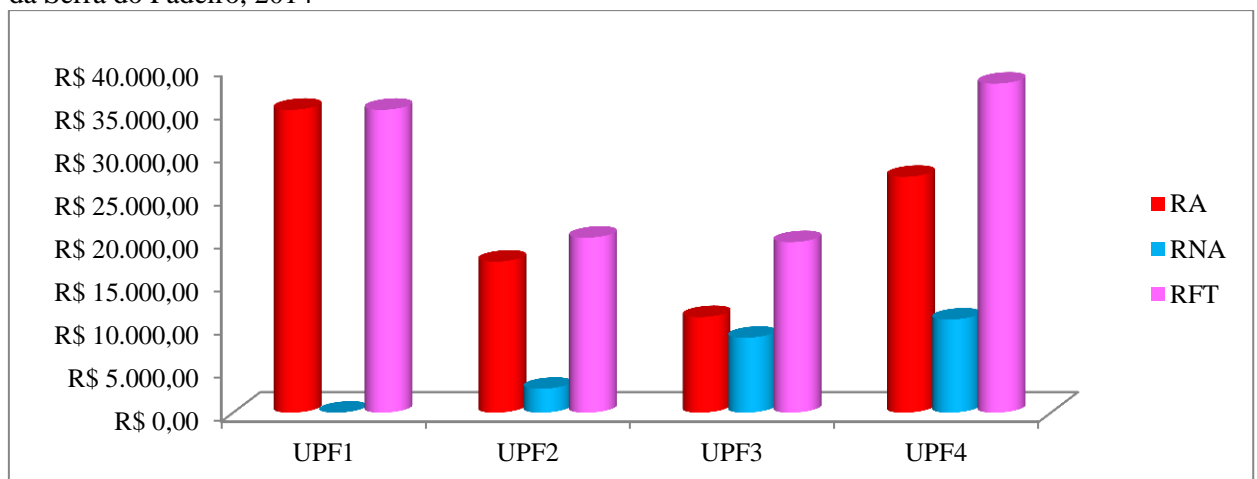
Quadro 18 – Renda dos produtores, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Produtor</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RNA (R\$)</i>	<i>RFT (R\$)</i>	<i>%RNA/RFT (R\$)</i>
UPF1	35.115,00	0,00	35.115,00	0,00
UPF2	17.516,00	2.772,00	20.288,00	13,66
UPF3	11.082,50	8.688,00	19.770,50	43,94
UPF4	27.345,00	10.800,00	38.145,00	28,31
<i>Total</i>	<i>91.058,50</i>	<i>22.260,00</i>	<i>113.318,50</i>	<i>19,64</i>
<i>Renda média/ano</i>	<i>22.764,63</i>	<i>5.565,00</i>	<i>28.329,63</i>	-
<i>Renda média/mês</i>	<i>1.897,05</i>	<i>463,75</i>	<i>2.360,00</i>	-

Fonte: Elaboração própria, 2014

A UPF1 aufer apenas renda agrícola, portanto RA é igual à RFT, as UPF2, UPF3 e UPF4 possuem renda não-agrícola como pode ser visualizado no gráfico 10. A UPF3 é o que possui menor renda agrícola.

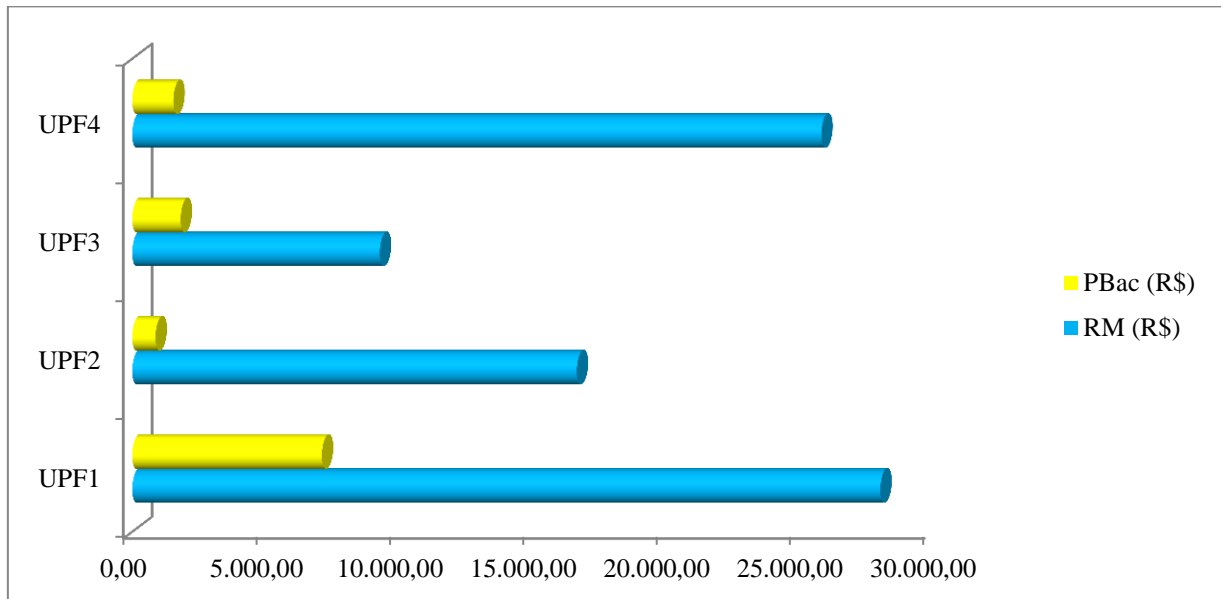
Gráfico 10 – Composição da renda familiar dos produtores, por ano, comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014



Fonte: Elaboração própria, 2014

O gráfico 11 mostra a composição da RA, que a RM + PBac dos quatro produtores. O autoconsumo do produtor P1 é o maior com 20,22% da renda agrícola.

Gráfico 11 - Renda monetária e PBac, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014



Fonte: Elaboração própria, 2014

O sistema de produção mais eficiente em produtividade foi o da UPF1, pois apresentou os maiores valores nos indicadores. O valor de RA/ha da UPF1 foi de R\$ 2.660,23/ano e RA/ha/UTF foi de R\$ 1.330,11/ano. A diferença entre o UPF1 e as UPF2, UPF3, UPF4 foi bastante relevante. A UPF4 possui foi o segundo mais eficiente com RA/ha de R\$ 1.183,77/ano, as UPF2, UPF3 e UPF4 possui valores RA/ha/UTF muito parecidos, como pode melhor ser visualizado no quadro 19. O sistema do produtor UPF3 é o menos eficiente, apresentou RA/ha de R\$ 893,75/ano e a UPF2 apresentou RA/ha/UTF de R\$ 343,45/ano.

Quadro 19 – Produtividade dos sistemas de produção dos entrevistados, por ano, Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, 2014

<i>Subsistemas</i>	<i>Área(ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>RA(R\$)</i>	<i>RA/ha (R\$)</i>	<i>RA/UTF(R\$)</i>	<i>RA/ha/ UTF(R\$)</i>
UPF1	13,20	2,00	35.115,00	2.660,23	17.557,50	1.330,11
UPF2	17,00	3,00	17.516,00	1.030,35	5.838,67	343,45
UPF3	12,40	2,50	11.082,50	893,75	4.433,00	357,50
UPF4	23,10	3,00	27.345,00	1.183,77	9.115,00	394,59

Fonte: Elaboração própria, 2014

O subsistema Cacau foi aquele de maior renda agrícola de todas as famílias entrevistadas, sendo que a cacauicultura é muito presente na Comunidade, e, por ter baixos custos de produção e alto valor de mercado, tornou-se importante fonte de renda para os Tupinambá da Serra do Padeiro, especialmente, depois que seu território foi retomado. No entanto, a produtividade dos cacauzeiros encontra-se baixa, pois estes se encontravam muito degradados. A comunidade

não possui dependência do mercado em relação a insumos, adubos e sementes, sendo adquiridos na própria Comunidade.

A renda não-agrícola apresenta relevância na composição da renda familiar como já foi ilustrado anteriormente, mas a renda agrícola é a principal fonte na renda total da família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade indígena Tupinambá da Serra do Padeiro tem aproximadamente 960 pessoas, sendo 220 famílias, sendo 27,27% famílias que recebem bolsa família. Tem-se que 13,64% das famílias têm integrantes que recebem aposentadoria. Há ainda 29,09% famílias que são pluriativas, com integrantes que trabalham na escola ou no posto de saúde na própria comunidade e 30% de famílias que são exclusivamente agrícolas. Esta comunidade fica localizada na zona rural dos municípios de Buerarema e Una, no litoral sul baiano, na zona cacaeira. A aldeia é dividida por troncos familiares, cada tronco tem independência de decisões, respeitando sempre o coletivo, a Serra do Padeiro faz parte do Território Tupinambá de Olivença, que se encontra em fase de delimitação, esperando pelo Estado pela a efetivação da demarcação, para assim terem fim os conflitos fundiários.

Os indígenas praticam a agricultura, dando destaque recentemente ao cultivo de cacau, mas possuem sistemas de produção bem diversificados, tendo plantio de abacaxi; banana-da-terra; banana-da-prata; mandioca; pimenta doce; cacau; seringa; cupuaçu; jenipapo, mamã, aipim, laranja, tangerina, goiaba. O cultivo da mandioca é cultural entre os povos indígenas, presente em todo território nacional, a aldeia da Serra do Padeiro é conhecida pela sua produção de farinha e derivados da mandioca, sendo produzidos vários tipos de beijos, bolos, geleias, entre outros, para eventos e festas culturais. Por ser localizada em região de Mata Atlântica, a comunidade dispõem de rios, represas em abundância.

A região possui solos férteis com boa produtividade, e com isso se busca cada vez mais a auto sustentação produtiva. Por viverem em comunidade uma família ajuda a outra. A Comunidade entende que como o preço do seu principal produto depende de oscilações do mercado, não se pode ficar tão dependente. Em compensação possui baixa dependência em relação ao mercado de insumos.

Como a produção da Comunidade é elevada e excede ao seu próprio consumo, é preciso descobrir novos mercados, uma vez que as cidades vizinhas não comportam o nível produção atual da Comunidade. Com isso, a Comunidade vem discutindo uma forma de criar uma estratégia específica para a comercialização, principalmente da farinha que é o carro chefe da Comunidade, porque a qualquer época do ano ela está disponível para comercialização, apesar de não ser aquela atividade que gera maior renda atualmente.

A Comunidade está planejando junto com MST, a criação da escola de chocolate para começarem juntos a produzir chocolate cultural para a venda. A produção de banana é alta na aldeia, e com isso, existe também um projeto em andamento para uma casa de doces e uma despoldadora industrial para que se possa aproveitar toda a produção, pois parte dela se perde no solo. É necessário encontrar estratégias para escoamento também deste produto.

A Comunidade não apresenta técnicas agrícolas modernas, as famílias produzem para o consumo, na aldeia existem atividades agrícola e atividades não-agrícolas, sendo que, estas última são atividades realizadas na própria comunidade como: trabalhos na escola, como professores, cozinheiras, secretaria, motoristas, serviços gerais e no posto de saúde, como agente de saúde, técnico de enfermagem e motoristas.

A renda agrícola é mais de 80% da renda total das famílias em média, a renda não-agrícola pode até gerar maior segurança, mas as famílias continuam trabalhando nas suas roças, e não desejam morar na cidade. Todas as famílias possuem renda agrícola superior a R\$ 900,00/mês, e a grande maioria das famílias são composta por 3 ou 4 integrantes, considerando a renda não-agrícola a renda se eleva para R\$ 1.647,54/mês. Observa-se que todas as famílias possuem renda mensal superior ao salário mínimo vigente no país que é de R\$ 724,00. As famílias que possuem apenas renda agrícola são mais diversificadas e auferem rendas maiores.

Os acontecimentos externos interferem na produção das famílias e conseqüentemente nos seus rendimentos, a insegurança e os intensos ataques sofridos pela comunidade, inclusive pela ação da polícia federal. O Governo Brasileiro cria dificuldades para as demarcações, levando os indígenas a uma condição de miséria dentro de seus territórios, a omissão do Estado no tratamento das questões indígenas gera e ainda continuarão gerando grandes conflitos, os dois lados saíram perdendo. O processo para efetivação da demarcação do Território Tupinambá está há anos, no Ministério de Justiça aguardando assinatura, mas o Estado se nega a cumprir a Constituição Federal. Mas a Comunidade resiste e apresenta ricas estruturas familiares com produção diversificada que preserve a cultura e garanta a reprodução familiar na comunidade.

A comunidade Indígena Tupinambá apresenta um elevado grau de auto-sustentabilidade, organização política e social, como foi demonstrado no decorrer deste estudo. A organização dos Tupinambá da Serra do Padeiro está ligada em parte a crença deste povo aos

“Encantados” e à veemente resistência na luta pela terra que ocasionou muitas prisões na aldeia, como as prisões de 2010 do Cacique Babau e seus irmãos Célia Tupinambá e Gil Tupinambá, que gerou repercussão internacional e reforçou a união e a resistência da Comunidade.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes. 2013, p. 271. **O retorno da terra:** as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Dissertação de mestrado (Antropologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, maio/2004.

ALMEIDA, Eduardo Aguiar de. **Povos indígenas e Governo da Bahia:** garantir os direitos dos povos indígenas é respeitar a nossa própria história. Salvador: Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2010.

ANAI- Associação Nacional de Ação Indigenista. Disponível em:
<http://www.anai.org.br/>. Acesso em 04 de set. de 2014

BADIN, Luiz Armando. **Sobre o conceito constitucional de terra indígena.** 2006. Disponível em: < <http://www.corteidh.or.cr/tablas/R21410.pdf> > Acesso em: 30 de ago. de 2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 14 de set. de 2014

BRASIL. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio.** Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm > Acesso em: 14 de set. de 2014

BRASIL. Decreto n.1.775, de 8 de janeiro de 1.996. **Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm>> Acesso em: 15 de set. de 2014

BRASIL. Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967. **Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.** Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm> Acesso em: 15 se set. de 2014

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 8.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2013. 530 p.

COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. **Os filhos de Jaci:** Ressurgimento étnico entre os Tupinambá de Olivença, Ilhéus, BA. 2003, 83 f. Trabalho de conclusão de curso (Antropologia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. **Morada dos encantados:** Identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serrado Padeiro, Buerarema, BA. 2008, 169 f. Dissertação de mestrado (Antropologia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

DA MATTA, Roberto. Você tem cultura?. **Jornal da Embratel**, Rio de Janeiro, 1981.

FUNAI- Fundação Nacional do Índio. Disponível em:
<<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em 04 de set. de 2014

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 381-396.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In FANY, Ricardo (org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>> Acesso em: 23 de set de 2014

IBGE. **Populações indígenas**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <
<http://indigenas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 23 de set. de 2014

ISA- Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <
pib.socioambiental.org> Acesso em: 20 de ago. de 2014

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009. p. 171.

LISBOA, João Francisco Kleba. **Índios e o Estado Brasileiro: entre a tradição e a invenção**. Disponível em: < <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33483-43196-1-PB.pdf>> Acesso em: 20 de ago. de 2014

MACÊDO, Ulla. **A dona do corpo: um olhar sobre a reprodução entre os Tupinambá da Serra- BA**. 2007, 196 f. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal da Bahia, PPGCS, Salvador, 2007.

MAGALHÃES, Aline Moreira. **A luta pela terra como oração: sociogênese, trajetórias e narrativas do movimento Tupinambá**. 2010, 151 f. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Uma Etnologia dos “Índios Misturados”?** situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ UFRJ, 1997. p. 30.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Marcelino José Alves: de índio a caboclo, de “Lampião Mirim” a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA 26, 2009. **Anais...**[s.l.] p.11.

REIS, Maíra Lopes dos. **O trabalho das mulheres na produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos-Feira de Santana-Bahia**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação Em Geografia, Instituto de Geociências, Salvador, 2013.

RIOS, Aurelio Veiga. **Terras indígenas no Brasil**: definição, reconhecimento e novas formas de aquisição. 2002. Disponível em: < <http://laced.etc.br/old/arquivos/06-Alem-da-tutela.pdf> > Acesso em: 29 de ago. de 2014

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 7. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990. 95p. (Primeiros passos)

SILVA, Edna Maria da. **Pluriatividade e renda familiar na região cacaueteira**: o caso da PASJ, Uruçuca, Bahia. 2008. 203 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador, 2008.

SOUZA, Guilherme Cerqueira Martins e. **Agricultura familiar**: perfil dos sistemas de produção da localidade Juazeiro, Irará-Ba. 2006. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador, 2006.

UBINGER, Helen Catalina. **Os tupinambá da serra do padeiro**: religiosidade e territorialidade na luta pela terra Indígena. 2012, 190 f . Dissertação de mestrado (Antropologia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012,

VIEGAS, Suzana de Matos. **Terra calada**: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2007. p. 339.

APÊNDICES

Figura 3 - Retomadas



Fonte: Elaboração própria, 2014

Figura 4 - Casa de farinha construída pela CAR



Fonte: Elaboração própria, 2014

Figura 5 - Primeira Casa de Farinha



Fonte: Elaboração própria, 2014

Figura 6 - Roça de cacau



Fonte: Elaboração própria, 2014

Figura 7 – Ponte sobre o Rio Una



Fonte: Elaboração própria, 2014

Figura 8 – Etapa da produção de farinha 1



Fonte: Elaboração própria, 2014

Figura 9 – Etapa do processo de produção da farinha 2



Fonte: Elaboração própria, 2014

